



Ensino Fundamental

9^o
ano

História Geral e do Brasil

Manual exclusivo do aluno

Capítulo 1

A República chega ao Brasil

Você estudou que a República, como forma de governo, nasceu na Roma antiga. Com ela, surgiu a noção de um governo visto como *res publica* (“coisa pública”), que deveria servir aos interesses dos cidadãos.

Muito tempo depois, com a Revolução Francesa, no final do século XVIII, o conceito de república se uniu ao de liberdade e democracia. A partir desse período, o ideal de república passou a ser associado aos direitos civis e políticos conquistados pelos revolucionários franceses.

No caso brasileiro, a república surgiu como resultado de uma aliança entre setores do exército e das elites econômicas e políticas do país no final do século XIX.

Conforme veremos, a nossa república foi estabelecida para atender aos interesses de uma pequena elite dominante no país.

O uso da “coisa pública”, ou seja, do Estado, em benefício de interesses privados, e em prejuízo da coletividade, tornou-se um dos problemas históricos da nossa república.

Os escândalos de corrupção que infelizmente fazem parte do nosso cotidiano representam apenas uma parte do caráter invertido da república brasileira, reduzida de seu sentido público.

Reconhecer os vícios do regime republicano brasileiro não é suficiente para transformá-lo. Mais que isso, é necessário que os cidadãos conheçam e participem das atividades políticas. Construir um Estado efetivamente público no nosso país só é possível com a ampliação de práticas de cidadania por parte dos brasileiros, conscientes e exigentes dos seus direitos.

O Movimento Republicano

Antes da independência do Brasil, muitos grupos sociais já defendiam a implantação de uma república.

De maneira difusa, a proposta republicana apareceu, por exemplo, nas rebeliões coloniais do século XVIII, nas Conjurações Baiana e Mineira e na Revolução Pernambucana de 1817. Mas apenas no século XIX, com a expansão da lavoura cafeeira e a formação de uma rica camada de fazendeiros no Sudeste, o projeto republicano ganhou força no país.

O acontecimento que assinalou a arrancada desse movimento no Brasil foi a publicação do Manifesto Republicano, em 1870.

Nele seus adeptos criticavam o caráter centralizador e hereditário da monarquia e

defendiam o princípio federativo do regime republicano.

Concluía declarando a república como o caminho para aproximar o Brasil das demais nações americanas.



Charge de Ângelo Agostini publicada na Revista Ilustrada, em 1882, representando o imperador D. Pedro II sendo derrubado do trono pelos republicanos. Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

Havia grandes divergências entre os republicanos. O grupo dominante, liderado pelo jornalista Quintino Bocaiuva, pregava que a república deveria ser instalada sem agitações sociais que ameaçassem a ordem estabelecida.

Outros, como o advogado Silva Jardim, criticavam as propostas republicanas conservadoras e defendiam uma ampla mobilização popular para derrubar a monarquia.

O movimento republicano, mesmo sendo antigo no Brasil, só se transformou em força política decisiva quando a monarquia perdeu o apoio dos grupos que tradicionalmente a sustentavam: os cafeicultores, a Igreja Católica e os militares.



Largo de São Bento, visto a partir da torre da antiga Igreja de São Bento. Fotografia de Militão Augusto de Azevedo, 1887. Museu da Cidade de São Paulo. A cidade de São Paulo teve seu desenvolvimento ligado ao crescimento da economia cafeeira.

O descontentamento dos cafeicultores paulistas

Na segunda metade do século XIX, o setor cafeeiro no Brasil se dividia em dois grupos principais e distintos.

O mais antigo era constituído de cafeicultores do Vale do Paraíba fluminense e paulista. Eles tinham fortes vínculos com a corte imperial, que lhes facilitava a concessão de créditos por parte das praças financeiras do Rio de Janeiro.

O segundo setor, mais novo, era formado pelos cafeicultores do Oeste Paulista. Ao contrário dos cafeicultores tradicionais, os do Oeste Paulista desenvolveram uma autonomia financeira em relação às praças bancárias ligadas à corte imperial.

Em busca de crédito mais barato, recorreram a empréstimos externos, principalmente ingleses, garantindo a independência financeira que lhes possibilitou afastar-se politicamente do governo imperial.

Dessa forma é possível entender a defesa do federalismo republicano por parte dos fazendeiros do Oeste Paulista.

Para eles a república era a forma de assegurar mais autonomia política e financeira para as províncias e, na prática, subordinar as instituições do Estado aos interesses da economia cafeeira.

Os conflitos com a Igreja

Desde o período colonial, o poder civil e o religioso estavam unidos por meio do padroado, uma instituição que submetia a Igreja à Coroa portuguesa e, após a independência, à Coroa brasileira.

Ao longo do século XIX, contudo, a Igreja buscou recuperar seu poder, proibindo a admissão de eclesiásticos maçons, o que gerava um dilema, uma vez que a elite brasileira era em grande parte maçônica e católica.

O imperador deu ordens para que a medida do papa não fosse cumprida e, na década de 1870, prendeu dois bispos que se recusaram a seguir as ordens imperiais.

Situações como essa caracterizaram a Questão Religiosa, que marcou o afastamento entre o Clero Católico e a Monarquia.

A Questão Militar

Durante o governo de D. Pedro II, o exército ocupou uma posição marginal na política brasileira. Os baixos soldos, a rígida disciplina da corporação e a lentidão nas promoções desencorajavam os filhos das elites a seguir a carreira militar.

Após a vitória brasileira na Guerra do Paraguai, o exército saiu fortalecido como corporação. Muitos oficiais, apoiados nesse prestígio, passaram a expressar seu desejo de desempenhar um papel central na política brasileira.

Na década de 1880, sucessivos atritos entre o governo e oficiais do exército envolvidos em questões políticas desgastaram a relação entre o exército e a monarquia. A cada dia ficava mais evidente o projeto dos militares de assumir um novo papel na cena política brasileira.

O Golpe de 15 de novembro

O isolamento da monarquia se acentuou após a abolição da escravatura, em 1888. A lei foi sancionada pelo governo sem nenhum tipo de indenização aos proprietários, decisão que desagradou profundamente a elite escravista tradicional.

Depois disso, reuniões conspirativas entre os militares e republicanos civis passaram a acontecer com frequência.

Na manhã do dia 15 de novembro de 1889, o marechal Deodoro da Fonseca marchou com as tropas para o Ministério da Guerra. Há diferentes versões sobre os planos de Deodoro.

É possível que ele não quisesse derrubar a monarquia, mas apenas o chefe do gabinete ministerial, o Visconde de Ouro Preto. Porém, uma vez iniciado o movimento, foi difícil reverter.

A república foi proclamada, e o imperador, diante dos fatos, preferiu não resistir. O dia 15 de novembro, então, resultou de uma ação quase isolada do exército, apoiada por um pequeno grupo de republicanos civis.



Proclamação da república, pintura de Benedito Calixto, 1893. Pinacoteca Municipal de São Paulo. Observe que o artista representou o acontecimento como uma parada militar.

De que maneira o regime federativo atendia aos interesses dos grupos oligárquicos dominantes nos estados?

A República da Espada

O papel cumprido pelo exército na proclamação da república assegurou aos militares a chefia do novo governo. Essa fase da república brasileira é conhecida como República da Espada (1889-1894).

O comando do Governo Provisório instaurado pela república foi entregue ao marechal Deodoro da Fonseca. Entre suas primeiras medidas, destacam-se a ordem de enviar a família real ao exílio na Europa, a naturalização de estrangeiros imigrados e a separação entre a Igreja e o Estado.

Em dezembro de 1889, foram convocadas eleições para o Congresso Nacional Constituinte. As eleições foram realizadas, em todo o Brasil, em setembro do ano seguinte.

No dia 15 de novembro de 1890, primeiro aniversário da república, o Congresso iniciou os trabalhos de elaboração de uma nova Constituição para o país. Em fevereiro de 1891, foi promulgada a primeira Constituição da república brasileira.

A primeira Constituição da República

Amplamente baseada nos ideais da Carta norte-americana, a Constituição de 1891 estabeleceu o regime federativo, como desejavam as oligarquias estaduais. Veja aqui alguns pontos da nova lei:

- ✓ O Brasil passou a ser uma República Presidencialista, com eleições para presidente de quatro em quatro anos, sem direito à reeleição.
- ✓ O poder foi dividido em três esferas: o Executivo (o presidente e os ministros), o Legislativo (Câmara de Deputados e Senado) e o Judiciário (com a criação de um Supremo Tribunal Federal).
- ✓ Estabeleceu-se o voto direto e universal para cidadãos maiores de 21 anos. Os mendigos, analfabetos e os soldados não podiam votar. A Constituição não determinava que o voto devia ser secreto nem fazia menção às mulheres, o que, pela tradição, as excluía do direito ao voto.
- ✓ As antigas províncias transformaram-se em estados, desfrutando de relativa autonomia com base nos princípios do federalismo.
- ✓ O Estado separou-se da Igreja. A educação pública passou a ser laica, extinguiu-se a pena de morte e instituiu-se a liberdade de culto religioso e o casamento civil no país.
- ✓ De acordo com a Constituição de 1891, o presidente e o vice-presidente do primeiro período republicano deveriam ser eleitos, excepcionalmente, pelo Congresso Constituinte.

Assim Deodoro da Fonseca foi eleito, indiretamente, para um mandato de quatro anos na presidência da república. A crise econômica e o fim da República da Espada

Ainda durante o Governo Provisório, Deodoro nomeou o primeiro ministro da Fazenda da república brasileira, Rui Barbosa, que decidiu implantar uma política de incentivo ao crescimento econômico, especialmente o industrial.

Como nesse período havia escassez de moeda circulante no Brasil, o ministro determinou a emissão de mais dinheiro, que serviria para o financiamento de novas indústrias. O dinheiro, porém, foi investido em ações na bolsa de valores, até mesmo de empresas fictícias.

A política de Barbosa se mostrou um completo desastre: o surto inflacionário e o mercado de compra e venda de ações levaram a economia do Brasil ao colapso.

O grande número de pessoas que se concentravam diante do prédio da bolsa de valores serviu de inspiração para batizar a crise: Encilhamento, termo utilizado na época para se referir ao lugar onde os cavalos ficavam presos antes de um páreo.

A grave crise econômica somou-se a dificuldades políticas quando Deodoro entrou em choque com as elites cafeicultoras de São Paulo, que dominavam o Poder Legislativo e criticavam o caráter centralizador do seu governo.

Pressionado e sem apoio político, Deodoro foi levado a renunciar, em novembro de 1891.

A Constituição determinava que, em caso de renúncia do presidente, novas eleições deveriam ser convocadas. No entanto, o vice-presidente, o marechal Floriano Peixoto, conseguiu evitar um novo pleito.

Com o apoio da elite cafeicultora paulista, ele governou o país até o fim do mandato. Ao final do governo de Floriano Peixoto, o governo dos militares chegou ao fim e o poder foi entregue aos grupos oligárquicos.

A República Oligárquica

Em 1894 ocorreu a primeira eleição direta para presidente da república no Brasil. Ela foi vencida por Prudente de Moraes (1894-1898), um “republicano histórico”, ou seja, que tinha participado da fundação do Partido Republicano e era membro da elite cafeicultora paulista.

O governo de Prudente de Moraes foi muito instável politicamente, pois até aquele momento as elites dirigentes do país não tinham conseguido estabelecer as bases de funcionamento do novo regime político, o que gerava conflitos pelo poder.

O suporte político necessário para estabilizar o regime foi constituído no governo do seu sucessor, o também paulista Campos Sales (1898-1902). Durante sua gestão se consolidaram os mecanismos de poder que constituíram as bases da República Oligárquica: a criação da Política dos Governadores e o aprofundamento do coronelismo, dois instrumentos que exerceriam papel central no controle do processo eleitoral.

A Política dos Governadores e o Coronelismo

Idealizada por Campos Sales, a Política dos Governadores era um mecanismo político para evitar os choques entre os governos estaduais e a União.

Por meio dele, os grupos dominantes em cada estado apoiavam o governo federal que, em troca, não reconhecia a eleição de candidatos à Câmara de oposição aos grupos dominantes em cada estado. Em palavras de hoje, esse acordo político seria o famoso “toma lá, dá cá”.

Para esse mecanismo funcionar, era necessário garantir o controle dos votos em cada município e assim evitar a eleição de candidatos da oposição. Por isso, a Política dos Governadores fortaleceu o poder local dos chamados coronéis, em geral grandes latifundiários.

O poder desses proprietários de terra vinha desde o período colonial, mas apenas na república podemos falar de coronelismo, ou seja, da interferência desses indivíduos na política local por meio do controle do voto. Isso porque, até a república, era muito reduzido o número de eleitores, devido ao voto censitário e ao regime escravista.

Ao estabelecer o voto universal masculino e admitir o voto aberto, a Primeira República entregou aos coronéis o comando político dos municípios. Dessa maneira, muitos eleitores ficavam sujeitos às pressões e práticas de compra de votos exercidas por esses chefes políticos locais. Esse mecanismo de controle dos votos ficou conhecido como voto de cabresto.

A Política do Café com Leite

Os cargos políticos federais mais importantes, como o de presidente da república e o de ministro da Fazenda, eram dominados pelas oligarquias paulista, mineira e gaúcha. Particularmente São Paulo e Minas Gerais, os estados mais ricos da União, conseguiam impor uma política de favorecimento dos seus interesses.

A hegemonia de paulistas e mineiros na presidência da república ficou conhecida como política do café com leite.

É preciso, porém, relativizar o poder dessa frente oligárquica. Apesar de oito dos treze presidentes da Primeira República terem sido representantes das oligarquias paulista ou mineira, não se pode afirmar que essa aliança controlou sozinho e o tempo todo o governo da república. Em algumas ocasiões – como nas eleições de 1910, em que o gaúcho Hermes da Fonseca, apoiado por Minas Gerais, venceu Rui Barbosa, candidato de São Paulo –, esses dois estados estiveram em lados opostos.

A Primeira República não foi controlada apenas pelas oligarquias paulista e mineira. O Rio Grande do Sul também tinha poder considerável, principalmente após a aliança firmada com os deputados nordestinos no Congresso Nacional. Além dos gaúchos, outros grupos políticos oligárquicos faziam parte do jogo de alianças e determinavam, em conjunto com mineiros e paulistas, os rumos políticos e econômicos do país.

A Proteção ao Café

O café foi o principal item de exportação do Brasil durante o Segundo Império e a Primeira

República e constituía a base econômica do país. O grande aumento da produção, a partir do final do século XIX, causou queda nos preços do café no exterior. Diante disso, o governo federal lançou sucessivos planos para reerguer os preços do produto.

A principal medida, iniciada em 1906 no Convênio de Taubaté, era contrair empréstimos para comprar estoques do produto e reduzir a oferta, forçando, assim, o aumento dos preços. A queda nas exportações de café foi sentida já no ano seguinte, quando as remessas para o exterior caíram de 19 mil sacas comercializadas em 1906 para cerca de 10 mil em 1907.

As práticas conhecidas como valorização ou defesa do café foram retomadas outras vezes pelo governo em 1914 e 1921. A partir de 1924, o estado de São Paulo passou a promover a chamada valorização permanente do café, política que foi abandonada apenas na década de 1930.



Colheita de café no interior paulista, em 1924, foto de Theodor Prising. Museu Paulista, São Paulo. A produção cafeeira foi a base econômica do Brasil do Segundo Império à Primeira República.

Religiosidade popular, messianismo e banditismo social

No final do século XIX, na passagem do império para a república, ainda predominavam no Brasil características econômicas herdadas da época colonial: latifúndio, monocultura e técnicas rudimentares de produção.

A abolição da escravidão, em 1888, não significou a modernização das relações de trabalho e a criação de leis de proteção ao trabalhador.

Nesse cenário de subdesenvolvimento econômico e de superexploração dos trabalhadores, agravado por um regime político e eleitoral excludente, surgiram movimentos sociais baseados na religiosidade popular e na liderança messiânica, exemplo de Canudos e do Contestado, e também nas práticas do chamado banditismo social, como no caso dos cangaceiros.

Antônio Conselheiro e o Arraial de Canudos

Antônio Vicente Mendes Maciel, ou Antônio Conselheiro, nasceu provavelmente em 1830, no interior do Ceará. Quando criança e adolescente estudou para ser padre, mas, ao se tornar adulto,

acabou exercendo outras profissões, como a de comerciante e advogado.

Por volta de 1871, ele iniciou suas peregrinações pelo interior de Sergipe, Pernambuco e Bahia, pregando mensagens religiosas e aconselhando os sertanejos. Antônio procurava ainda organizá-los para a realização de obras como a construção de igrejas, casas, açudes e colheitas agrícolas. Seu papel como líder comunitário cresceu continuamente. Visto como liderança religiosa e política, o beato passou a ser chamado de Antônio Conselheiro.

Em 1893, o beato e seus seguidores fundaram um povoado comunitário na antiga fazenda Canudos, às margens do Rio Vaza-Barris, na Bahia. Chamada de Belo Monte, a comunidade tinha sua organização baseada no trabalho agrícola coletivo. Canudos mantinha relações comerciais com vilas e cidades da região e chegou a reunir entre 20 mil e 30 mil moradores.

À medida que a comunidade cresceu, os fazendeiros passaram a notar a perda de mão de obra, e a Igreja, a perda de fiéis. Diante disso, o governo foi chamado a intervir contra Canudos. As autoridades procuraram justificar a ação armada alegando que as pregações de Conselheiro comprovavam sua vocação monarquista e representavam, assim, uma ameaça à ordem republicana.

A Guerra de Canudos

Em 1896, forças federais e baianas iniciaram a campanha militar para destruir Canudos. Apesar da superioridade bélica, o exército do governo foi derrotado pelos conselheiristas. O mesmo ocorreu com a segunda e a terceira expedições.

Canudos só foi destruído com a quarta expedição, quando mais de 10 mil homens fortemente armados foram enviados ao sertão baiano para atacá-lo. Após três meses de combate, o arraial foi derrotado pelas forças republicanas em 5 de outubro de 1897. A maior parte dos seus habitantes foi morta.

Relatos de civis contam que, mesmo após a queda do arraial, muitos prisioneiros foram mortos, enquanto várias crianças eram abandonadas ou entregues à adoção.

Pobreza e miséria no sul do país

No ano de 2012, completou-se o primeiro centenário da Guerra do Contestado (1912-1916), a maior revolta civil ocorrida no Brasil republicano. Para relembrar os 100 anos do conflito, vários artigos, exposições, reportagens, livros e outros trabalhos foram produzidos no país, incluindo entrevistas com os últimos sobreviventes da rebelião.

Essa grande rebelião que marcou a Primeira República ocorreu no sul do país, em uma região disputada judicialmente entre os estados do Paraná e Santa Catarina. Dessa disputa, originou-se o nome do conflito: Guerra do Contestado (1912-1916).

No início do século XX, muitos agricultores e posseiros se estabeleceram na área. Mas, ao longo dos anos, eles viram seus territórios serem ocupados por fazendeiros interessados na extração de erva-mate e madeira. A presença de grandes companhias estrangeiras envolvidas na construção de estradas de ferro também reduzia o espaço das lavouras de subsistência das famílias camponesas.

Nesse período, surgiram na região muitos movimentos messiânicos. Um dos pregadores com maior número de adeptos era o monge José Maria. Os seguidores do monge acreditavam que o fim do mundo estava próximo e que a adesão ao movimento significaria a salvação da alma.

Ao grupo de José Maria uniram-se também operários recrutados para a construção da ferrovia que tinham sido demitidos e proibidos de viver às margens da estrada. Juntos, trabalhadores desempregados, caboclos nativos e fiéis do monge José Maria formaram uma comunidade, cujo número de moradores crescia a cada dia. O anseio dessas pessoas por terra, trabalho e melhores condições de vida associou-se à religiosidade popular, tornando as tensões sociais existentes na região ainda mais explosivas.

O início da guerra

Em 12 de outubro de 1912, a guerra eclodiu. O monge José Maria e um grupo de fiéis rumaram até a cidade de Irani, situada hoje no estado de Santa Catarina, principal centro da disputa entre os dois estados.

As autoridades paranaenses acreditavam que os caboclos tinham sido enviados pelo governo de Santa Catarina e iniciaram uma violenta repressão, que culminou com a morte de José Maria.

A crença de que o monge ressuscitaria levou ao surgimento das “cidades santas”, comandadas por meninas que, segundo se acreditava, tinham visões e recebiam instruções diretamente de José Maria. Inicialmente religioso, o movimento tornou-se cada vez mais político. Os caboclos reivindicavam o direito à terra, ao trabalho e à liberdade religiosa.

Estima-se que o exército tenha enviado cerca de dois terços de seu efetivo para a região e equipado as tropas com canhões e outras armas modernas. Pela primeira vez no Brasil foram utilizados aviões com fins bélicos.

Em 1915, o cerco ao movimento intensificou-se. A truculência do exército, a falta de alimentos e doenças enfraqueceram os rebeldes e provocaram o

fim do conflito, em 1916, deixando cerca de 20 mil mortos, principalmente caboclos pobres.

O Cangaço

Além do messianismo, outra forma de expressão das tensões sociais no campo, especialmente no sertão nordestino, foi o cangaço.

Esse é o nome que foi dado à ação de bandos armados que, entre os anos de 1870 e 1940, percorriam o sertão nordestino promovendo assaltos, atacando fazendas e estabelecimentos comerciais, e fugindo da polícia.

O mais conhecido dos cangaceiros foi Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião. Ele nasceu entre 1897 e 1900, em Serra Talhada, no estado de Pernambuco, em uma família de médios proprietários rurais.

Cresceu em um ambiente de violentas disputas entre famílias rivais, e o próprio pai foi morto por se envolver em desavenças opondo grupos inimigos. Motivado pelo desejo de vingança, Lampião ingressou no cangaço, formou seu próprio bando e o liderou por quase vinte anos.

Em 1938, o bando de Lampião foi localizado pela polícia na fazenda Angicos, no sertão do Sergipe. Lampião, sua companheira, Maria Bonita, e mais nove cangaceiros foram mortos e decapitados pela polícia. Suas cabeças ficaram expostas no Museu Nina Rodrigues até 1968, quando foram enterradas.

Na memória popular construiu-se uma visão romantizada de Lampião e de seu bando, que passaram a ser vistos como símbolos de um ideal de justiça social, que roubavam dos ricos para dar aos pobres. A força do mito, no imaginário coletivo, tendeu a apagar a violência e os interesses particulares que moviam o grupo.

Os cangaceiros promoviam assaltos, sequestros e mortes com o objetivo de manter o grupo. As suas ações, portanto, não tinham como objetivo a busca da igualdade social.

Ao mesmo tempo, não podemos considerá-los apenas como bandidos comuns. O cangaço foi, de certa forma, expressão dos conflitos sociais, da miséria e da concentração da propriedade rural no sertão nordestino.



Lampião e seu bando, 1936. Da esquerda para a direita: Vila Nova, cangaceiro desconhecido, Luís Pedro, Amoroso, Lampião, Cacheado, Maria Bonita, Juriti, cangaceiro desconhecido e Quinta-Feira.

Quais fatores impulsionaram o crescimento das cidades brasileiras nos primeiros anos da república?

A onda migratória para o Brasil

Você tem ideia de quantos brasileiros vivem hoje no exterior? Segundo o Censo 2010, são 491 mil pessoas, distribuídas por 193 países. Mas, se formos incluir os que vivem em situação irregular, estima-se que esse número chegue a 2,5 milhões de pessoas.

Mas o Brasil não apenas perde habitantes, ele também recebe. Após a crise internacional de 2008, a boa situação da economia brasileira se transformou em forte atrativo para imigrantes da América Latina, do Haiti, da Ásia e do sul da Europa. Em 2012, havia 1,5 milhão de imigrantes legalizados no Brasil, sendo os portugueses e os bolivianos os grupos que mais haviam crescido.

Mesmo que hoje o nosso país tenha voltado a atrair imigrantes, a quantidade de pessoas que entram não se compara à do período compreendido entre o final da monarquia e o início da república. Entre 1887 e 1930, em torno de 3,8 milhões de estrangeiros se estabeleceram no Brasil. Eram principalmente italianos, espanhóis, alemães, portugueses, sírios, libaneses e japoneses.

Você estudou que os países europeus que se industrializaram na segunda metade do século XIX passaram por um processo de modernização das relações de trabalho no campo, que resultou na formação de um contingente numeroso de trabalhadores desocupados, que representava um fator de fortes tensões sociais.

Assim, a política de estímulo à emigração foi uma das formas encontradas pelos países industrializados para aliviar as pressões sociais internas.

Principalmente jovens e sem qualificação, esses imigrantes dirigiram-se, em geral, às regiões cafeeiras dos atuais estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Muitos deles, especialmente alemães e italianos, também se instalaram no sul do Brasil, onde se dedicaram ao cultivo de pequenas lavouras e à criação de animais.

A princípio, os imigrantes se dedicaram ao trabalho na lavoura, mas, descontentes com a condição de pobreza e exploração em que viviam, muitos deixaram o campo e seguiram para as cidades, onde tentaram se estabelecer trabalhando no comércio ou na indústria que surgia.

O Desenvolvimento da Indústria

A expansão do café no Sudeste do Brasil não estimulou apenas a vinda de imigrantes para o país. Desde os últimos anos do império, parte dos capitais gerados pela economia cafeeira passou a ser aplicada na indústria e em outras atividades.

Ou seja, os lucros do café, além de serem reinvestidos em novos cafezais e instalações necessárias à produção, também passaram a ser aplicados na atividade industrial.

A relação entre lavoura cafeeira e indústria explica por que as principais regiões produtoras de café, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, também lideraram a expansão industrial.

Em parceria com o Estado e com investidores estrangeiros, os cafeicultores desenvolveram uma infraestrutura para o escoamento do café que incluía ferrovias, portos, companhias de navegação, estradas e produção de energia elétrica.

A necessidade de crédito para financiar a produção e de serviços para facilitar as vendas do produto para o exterior também estimulou a expansão de bancos e das casas de exportação.

Essas iniciativas serviram para atrair os imigrantes em direção às cidades, onde estavam sendo criadas várias oportunidades de trabalho.

O crescimento das cidades

A instalação de novas indústrias, estabelecimentos comerciais e habitações operárias impulsionou a construção civil e abriu espaço para a contratação de pedreiros, carpinteiros, marceneiros, serventes de obras, entre outros profissionais do setor.

Novos investimentos gerados pelas exportações de café possibilitaram a expansão e a modernização dos portos do país. Com isso foi possível empregar um número maior de estivadores em cidades litorâneas, como Santos, no estado de São Paulo, e Rio de Janeiro, capital do império deposto e da nascente república.

O rápido crescimento das cidades, ao mesmo tempo em que foi estimulado pela indústria, também contribuiu para incrementá-la.

O afluxo de pessoas para os centros urbanos criou demandas por bens de consumo não duráveis, como alimentos, tecidos, sabões, bebidas, calçados e chapéus. A produção de bens de consumo doméstico foi a base da nossa nascente indústria.

O avanço da urbanização no período, entretanto, não veio acompanhado de um planejamento público de uso e ocupação do solo, articulado com o sistema de transporte e saneamento.

Ao contrário, o que ocorreu foi que as cidades passaram a ser ocupadas de maneira irregular, com

moradias inadequadas, onde as condições de higiene eram precárias, facilitando a proliferação de epidemias.

As Reformas Urbanas

O crescimento desordenado de algumas cidades brasileiras, com habitações precárias e expansão de epidemias, era especialmente notado na capital da república, a cidade do Rio de Janeiro.

Em 1902, Rodrigues Alves assumiu a presidência da república propondo a reforma e a modernização do porto do Rio de Janeiro, ponto de partida para uma renovação urbana radical da cidade.

Nomeado diretamente pelo presidente, o engenheiro Francisco Pereira Passos tomou posse como prefeito do Distrito Federal no final de dezembro do mesmo ano, recebendo amplos poderes.

Pereira Passos, em parceria com o governo federal, passou a remodelar a estrutura material da cidade com o plano popularmente conhecido como “bota-abaixo”: demolição de prédios, abertura de avenidas, prolongamento de ruas, reforma do calçamento, arborização e ajardinamento de praças.

Essa grande reforma atingiu principalmente a população pobre que morava e trabalhava no centro ou em suas redondezas.

Paralelamente, em São Paulo, os recursos gerados pela economia cafeeira permitiram a reurbanização da cidade, que se dividiu em bairros nobres, na parte alta, enquanto a várzea dos rios era destinada aos bairros operários e às fábricas.

O modelo de reurbanização do Rio de Janeiro e de São Paulo foi, em geral, seguido pelas demais capitais brasileiras da época. Dessa forma, a população pobre foi expulsa das áreas centrais e nobres das cidades e empurradas para as áreas periféricas, onde os serviços públicos praticamente não existiam.

A luta pela cidadania

Nas primeiras décadas do período republicano no Brasil, a participação política dos cidadãos comuns era bastante restrita.

A maioria, por ser analfabeta, não votava, poucos conseguiram fazer valer os seus direitos e o poder político se concentrava nas mãos de uma pequena elite, que mantinha a maior parte da população distante dos centros decisórios do poder.

[...] não havia povo organizado politicamente nem sentimento nacional consolidado. A participação na política nacional, inclusive nos grandes acontecimentos, era limitada a pequenos grupos. A grande maioria do povo tinha com o governo uma relação de distância, de suspeita, quando não de aberto antagonismo. O povo não tinha lugar no sistema político [...]. Aos grandes acontecimentos políticos nacionais, ele assistia, não como

bestializado, mas como curioso, desconfiado, temeroso, talvez um tanto divertido.”

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 83.

Dessa forma, a maior parte das manifestações de luta pela cidadania nesse período era de reação contra a arbitrariedade dos governantes ou dos grandes proprietários.

Por isso, as revoltas de 1904 e 1910, no Rio de Janeiro, podem ser consideradas símbolos dos protestos populares contra a opressão exercida pelos controladores do Estado.

As manifestações operárias, especialmente as greves, cresceram na medida em que avançaram a industrialização e a urbanização, especialmente no Centro-Sul do país.

Os operários reivindicavam melhores condições de trabalho, aumentos salariais e redução da jornada de trabalho.

Vamos estudar esses casos, mostrando como os grupos sociais mais pobres resistiram e lutaram por seus direitos durante a Primeira República.



Os trabalhadores se organizavam para obter melhorias nas suas condições de trabalho. Na foto, operários em greve lutam pela jornada de trabalho de 8 horas diárias. São Paulo, 1906. Museu da Imagem e do Som, Rio de Janeiro.

A Revolta da Vacina

A política de remodelamento da capital federal se somava à realização de campanhas pela higienização da cidade e erradicação da febre amarela, da varíola e da peste bubônica.

Incumbido dessa tarefa, em 1903, o médico sanitariano Oswaldo Cruz, diretor-geral de Saúde Pública, criou brigadas sanitárias para eliminar o mosquito transmissor da febre amarela.

No ano seguinte, foi aprovada a lei que tornava obrigatória a vacinação contra a varíola. A falta de orientação da população sobre essas decisões e os métodos violentos empregados pelos batalhões da saúde pública fizeram explodir uma rebelião popular na cidade do Rio de Janeiro, que ficou conhecida como Revolta da Vacina.

Durante vários dias, a população enfrentou nas ruas as forças policiais e as tropas do exército e da marinha. Em 16 de novembro de 1904, após violenta repressão aos populares, a lei da vacinação obrigatória foi revogada. O movimento refluíu até desaparecer completamente. A revolta deixou um saldo de trinta mortos e quase mil presos, dos quais 461 foram deportados para o Acre.

A Revolta dos Marinheiros

Em 23 de novembro de 1910, marinheiros dos encouraçados Minas Gerais e São Paulo tomaram posse das suas embarcações e se amotinaram exigindo o fim dos castigos físicos na marinha brasileira, especialmente as chibatadas, que eram estabelecidos pelos oficiais.

Nas Forças Armadas, principalmente na marinha, os cargos oficiais eram ocupados por membros das camadas mais ricas da sociedade. Os marinheiros, por sua vez, vinham de famílias pobres, e muitos deles eram ex-escravos ou descendentes de escravos.

Para os oficiais, a disciplina só podia ser mantida com a mesma violência aplicada antes nas grandes fazendas.

Liderada pelo marinheiro João Cândido, a revolta contra os castigos se iniciou no encouraçado Minas Gerais e se espalhou depois por outros navios de guerra.

Inicialmente, o então presidente Hermes da Fonseca cedeu às exigências dos marinheiros, prometendo anistiar os amotinados. Porém, após a rendição, o governo prendeu e expulsou vários marinheiros da corporação.



Operárias da Tecelagem Mariângela, das Indústrias Reunidas F. Matarazzo. Cidade de São Paulo, década de 1920. As fábricas têxteis empregavam um grande número de crianças e mulheres, que recebiam salários mais baixos que o dos homens adultos que desempenhavam a mesma função.

O operariado e as suas mobilizações

O crescimento da urbanização e dos recursos destinados ao setor industrial resultou na expansão do operariado no país. Em 1880, o Brasil possuía 54 mil trabalhadores nas indústrias. Em 1920, esse número havia ultrapassado a marca de 200 mil operários.

Como havia ocorrido no início da industrialização inglesa, as condições de trabalho dos operários na nascente indústria brasileira eram péssimas. A jornada de trabalho variava entre 14 e 16 horas diárias, não havia cobertura médica ou indenização por acidente de trabalho, direito a férias remuneradas, salário mínimo e qualquer proteção ao trabalho infantil ou feminino.

Os melhores salários eram pagos aos trabalhadores mais qualificados. No setor

metalúrgico, por exemplo, fundidores, caldeiros e mecânicos eram mais bem pagos.

As mulheres e as crianças, por sua vez, trabalhavam principalmente no setor têxtil, onde a exigência por mão de obra qualificada era menor. Em 1920, a participação das mulheres nas indústrias de tecidos chegava a 58% do total de empregados no setor.

Grande parte dos operários das indústrias brasileiras era imigrante, com predomínio de italianos, espanhóis e portugueses.

Foi por intermédio desses estrangeiros que as ideias socialistas, comunistas e anarquistas chegaram aos demais trabalhadores.

Os imigrantes também tiveram papel importante na formação dos primeiros sindicatos operários no Brasil, no início do século XX, e na organização de greves, o principal método de luta do movimento operário organizado.

As mudanças culturais da Primeira República

Muitos estrangeiros, e até nós mesmos, associamos a imagem do Brasil ao samba e ao futebol. Você tem ideia de quando o futebol começou a ser jogado no país? E o samba, onde e quando você imagina que ele surgiu?

Após a abolição, muitos ex-escravos se dirigiram às cidades e passaram a viver em cortiços e em lugares que hoje são denominados favelas.

Nesses locais, a mistura de diferentes histórias e experiências de vida resultou em manifestações artísticas populares novas ou renovadas.

A mais famosa dessas manifestações foi o samba moderno. Durante toda a Primeira República, esse gênero musical foi considerado uma arte menor, “de negros”, acusado de favorecer a criminalidade e a vadiagem.

Nesse período, outras manifestações culturais associadas aos negros, como a capoeira e o candomblé, eram proibidas por lei.

A burguesia brasileira do período, fascinada com as inovações europeias no campo da ciência, da tecnologia e do planejamento urbano, tentou criar nas grandes capitais do Brasil um mundo separado da camada mais pobre da população e de todos os aspectos da cultura brasileira que não pudessem ser associados ao modelo europeu.

Assim, se as periferias, as várzeas e os morros eram os espaços da população pobre, as elites tinham seus próprios espaços de convivência social: bares e cafés, teatros, museus de arte... configurados conforme os padrões europeus.

O futebol, por exemplo, foi trazido da Europa para o Brasil no final do século XIX e, inicialmente, era jogado por brancos filhos da elite. Os clubes de

futebol não admitiam atletas negros. Assim, se os brancos aprendiam a jogar futebol nas academias, os negros aprendiam nas ruas e nos campos de várzea. Apenas na década de 1920 os negros começaram a praticar o esporte em clubes do país.

No entanto, apesar do empenho da burguesia brasileira em segregar, geográfica e culturalmente, o mundo dos negros e pobres, as mudanças geradas pelo crescimento industrial e urbano contribuíram para o surgimento de novas formas artísticas, que em parte valorizavam a cultura que as elites queriam apagar. O modernismo representou, na arte, esse período de grandes transformações.

O Modernismo

Revolução estética ocorrida no Brasil com o movimento modernista deve ser compreendida no contexto da expansão da economia cafeeira no país. Com a expansão do café, surgiu uma nova elite social, política e econômica, que desejava também conquistar a hegemonia no campo das ideias e da cultura.

Essa burguesia se confrontava com a antiga elite do país que, já tendo perdido o seu domínio econômico, procurava manter seu papel de líder cultural. Para essa elite, só interessava a cultura europeia tradicional, das peças francesas, da poesia parnasiana ou das óperas italianas. Essa cultura das elites estava apartada do samba, da capoeira, do teatro de revista e de outras expressões da cultura popular na época.

Foi nesse contexto que, no início da década de 1920, o Modernismo surgiu no Brasil. Os artistas e intelectuais desse movimento, principalmente paulistanos, queriam criar uma nova cultura nacional, conectada com as grandes transformações da civilização industrial. Para isso, eles pretendiam unir as vanguardas artísticas europeias, especialmente o expressionismo e o cubismo, com manifestações da cultura popular (de origem africana e indígena), desprezadas pelas elites brasileiras desde o período colonial.

A Semana de 1922

A grande efervescência cultural do movimento modernista atingiu o seu ápice com a Semana de Arte Moderna de 1922, realizada durante os dias 13, 15 e 17 de fevereiro, no Teatro Municipal de São Paulo. A Semana de 1922, como também ficou conhecida, reuniu intelectuais, pintores, como Anita Malfatti e Emiliano Di Cavalcanti, escritores, como Mário de Andrade e Oswald de Andrade, o escultor Victor Brecheret e o compositor Heitor Villa-Lobos.

A Semana de 22 foi programada para comemorar o primeiro centenário da independência do Brasil.

Porém, a intenção dos organizadores era proclamar uma segunda independência do país,

dessa vez cultural e moderna. Para isso, eles propunham a ruptura das manifestações artísticas brasileiras com o tradicionalismo, procurando valorizar em suas obras as raízes brasileiras.

A programação do evento incluiu a leitura de poesias e de trechos de ficção, exposição de obras de arte e de arquitetura, conferências, música e dança.

As inovações artísticas apresentadas durante a semana, porém, não agradaram o público, que protestou. As vaias e o choque provocado pelas apresentações colocaram a arte moderna no centro das manifestações culturais mais ousadas que o Brasil criaria dali para frente.

Capítulo 2

A Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa

Você já se imaginou vivendo em uma era de grande desenvolvimento econômico e tecnológico, que gerasse nas pessoas a sensação de que o progresso nunca teria fim? Foi esse o clima que tomou conta das burguesias europeias entre o final do século XIX e o início do XX.

O espírito de euforia que predominou na Europa durante o período que ficou conhecido como Belle Époque contrastou, no entanto, com o acirramento das tensões entre as potências europeias. Por que isso acontecia?

O rápido crescimento industrial da Alemanha após a formação do Estado nacional alemão, em 1871, ameaçava a supremacia econômica mundial da Grã-Bretanha e criava uma intensa disputa imperialista entre as nações.

A França, terceira força nessa competição, nutria um sentimento de revanche por ter perdido as regiões da Alsácia-Lorena, ricas em ferro e carvão, para a Alemanha na Guerra Franco-Prussiana, em 1870. As disputas entre esses três países por territórios coloniais na África também geravam fortes tensões.

À medida que essas rivalidades se intensificaram, os países europeus aumentaram consideravelmente a sua produção de armamentos.

Além disso, quase todas as nações do continente adotaram o serviço militar obrigatório, o que fez seus contingentes militares crescerem expressivamente. A Europa, portanto, passou a viver o que se convencionou chamar de Paz Armada.

Os nacionalismos e a política de alianças

Um fator também essencial para o acirramento das tensões na Europa foi o nacionalismo. Na Península Balcânica, o plano sérvio de criar a Grande Sérvia, reunindo os povos eslavos dos Bálcãs, voltava-se contra a dominação turca e austríaca na região.

A Península Balcânica era ainda alvo do pan-eslavismo, movimento dirigido pela Rússia pregando a união dos eslavos da Europa Oriental sob a proteção do Estado russo. Havia também o pangermanismo, que pregava a reunião dos povos de origem germânica em um único Estado liderado pela Alemanha.

As rivalidades entre os países motivaram a criação de acordos econômicos, políticos e militares entre eles. Por meio desses acordos, dois blocos opostos foram criados: a Tríplice Aliança, formada pelo Império Alemão, pelo Império Austro-Húngaro e pelo Reino da Itália; e a Tríplice Entente, que reunia Rússia, França e Grã-Bretanha. Esse sistema

de blocos, aliado a vários outros fatores, transformou o continente europeu em uma bomba-relógio prestes a explodir. A Paz Armada não tardaria a ser rompida.



Caricatura inglesa dos anos 1910 representando Grã-Bretanha, França, Rússia, Alemanha e Áustria-Hungria, principais potências europeias na época, tentando conter os conflitos na região dos Balcãs, simbolizados pela panela borbulhante (onde se lê "problemas balcânicos").

A faísca no barril de pólvora

Com um cenário tão favorável à guerra se desenvolvendo na Europa, bastaria uma pequena faísca para que esse barril de pólvora explodisse. E essa faísca foi exatamente a crise nacionalista na região dos Balcãs.

Até o início do século XIX, o Império Otomano dominava a maior parte da Península Balcânica. No entanto, as muitas nacionalidades reunidas no império passaram a lutar por sua independência, estimuladas principalmente pela Rússia e pela Áustria-Hungria, que tinham muitos interesses na região.

Em 1878, depois de várias rebeliões e de um confronto militar entre Rússia e Turquia, foi assinado o Tratado de Berlim, que estabelecia a independência da Sérvia, de Montenegro e da Romênia, e determinava que a Bósnia-Herzegovina passaria a ser administrada pelo Império Austro-Húngaro, apesar de continuar pertencendo ao Império Otomano.

A Sérvia, que buscava a união de todos os povos eslavos dos Balcãs, ambicionava incorporar a Bósnia-Herzegovina ao seu território. No entanto, a Áustria-Hungria anexou a região em 1908, contrariando os interesses nacionalistas da Sérvia.

A tensão nos Balcãs chegou ao auge em 28 de junho de 1914. Nesse dia, o arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono do Império Austro-Húngaro, foi assassinado em Sarajevo, capital da Bósnia, por Gavrilo Princip, militante da organização secreta Mão Negra, que lutava pela causa bósnio-sérvia. Com o atentado, o grupo visava deflagrar uma revolta interna contra a dominação da Bósnia pela Áustria-Hungria.

A Áustria, em protesto, enviou um ultimato à Sérvia com uma lista de exigências, que não foram acatadas integralmente.

A Áustria revidou declarando guerra à Sérvia. A Alemanha, líder da Tríplice Aliança, declarou seu apoio à Áustria, enquanto a Rússia, que integrava a Tríplice Entente, declarou seu apoio à Sérvia.

Aos poucos, vários outros países entraram na guerra, aderindo a um ou a outro bloco. Dessa maneira, o sistema de alianças transformou um conflito regional em uma guerra de efeito global. O entusiasmo nacionalista tomou conta de boa parte da população dos países em guerra.

O Conflito

A Alemanha começou a guerra colocando em prática o Plano Schlieffen, que consistia em dominar a França o mais rápido possível, invadindo o país vizinho através da Bélgica e de Luxemburgo, desviando o ataque da fronteira germano-francesa e dificultando a ação das forças de defesa.

No entanto, a resistência das tropas belgas retardou o avanço alemão, permitindo que a defensiva francesa se reorganizasse.

A partir desse momento, o modo como os combates se desenvolveram ficou conhecido por guerra de trincheiras. As trincheiras eram redes de valas cavadas no solo onde os soldados se escondiam aguardando o melhor momento para o ataque.

Chegada a hora, os soldados escoravam-se nos parapeitos das barricadas de sacos de areia para atacar a trincheira inimiga. De ambos os lados, muitos eram atingidos fatalmente.

Quando parecia que o inimigo tinha sido derrotado, novas levadas de homens saíam da trincheira, atirando por cima do parapeito, geralmente protegido por rolos e teias de arame farpado.

Os combates realizados em territórios francês e belga representavam a Frente Ocidental da guerra. Os poucos avanços ou recuos das partes envolvidas deram um caráter estático à guerra, o que marcou a primeira fase do conflito.

Na impossibilidade de vencer o inimigo por terra, foi no mar que a tecnologia bélica decidiu os rumos da guerra. Submarinos e navios alemães e ingleses buscavam afundar a carga de suprimentos destinados às populações civis para impedir que o inimigo se abastecesse.

A Rússia deixa a guerra

Enquanto a guerra estagnava na Frente Ocidental, outros combates ocorriam na Frente Oriental. No leste, as tropas alemãs impunham pesadas derrotas às tropas russas que, apesar de numerosas, eram compostas em sua maioria por camponeses mal treinados e mal equipados.

Em novembro de 1917, uma revolução na Rússia levou ao poder um governo socialista que,

atendendo ao apelo popular, retirou o país da guerra e, em março do ano seguinte, assinou a paz com a Alemanha.

A saída da Rússia possibilitou à Alemanha concentrar suas tropas na Frente Ocidental. Dessa forma, os alemães planejavam derrotar definitivamente os franceses e os britânicos na Frente Ocidental.

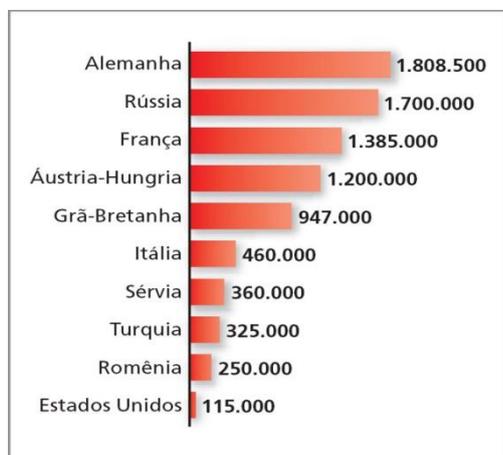
A entrada dos Estados Unidos e o Fim da Guerra

No início do conflito, os Estados Unidos adotaram uma posição de neutralidade, embora fornecessem dinheiro, armas e artigos manufaturados aos membros da Entente.

Os norte-americanos temiam o acelerado crescimento industrial alemão, sendo mais interessante para eles a vitória da Grã-Bretanha.

Em abril de 1917, submarinos alemães atacaram navios norte-americanos que transportavam suprimentos aos países da Entente, o que fez com que os Estados Unidos declarassem guerra à Alemanha. Com cerca de 1,5 milhão de soldados, o exército norte-americano contribuiu para o desequilíbrio de forças a favor da Entente.

Após uma série de vitórias, os exércitos da Entente obrigaram o exército alemão a recuar. Em 9 de novembro de 1918, o imperador Guilherme II abdicou do trono alemão. Dois dias depois, uma delegação enviada a Paris pelo novo governo alemão assinou a rendição da Alemanha.



Wilson também defendia que a diplomacia internacional funcionasse de forma transparente e não mais por meio de acordos secretos. Para evitar revanchismos, previa, ainda, uma paz que preservasse os territórios dos países derrotados e os desobrigasse de pagar indenizações de guerra.

“Uma paz sem anexações nem indenizações”, esse era o lema dos 14 princípios propostos pelo presidente Wilson.

A Liga das Nações foi criada, e a conferência estabeleceu, também, que os tratados seriam negociados em separado com cada um dos países vencidos. No entanto, franceses e britânicos não

aceitaram a proposta dos Estados Unidos de preservar os países perdedores.

Com o desmantelamento dos impérios Otomano e Austro-Húngaro, todo o ônus da guerra recaiu sobre a Alemanha. Ela não teve escolha senão aceitar as determinações do Tratado de Versalhes, assinado em junho de 1919.

O tratado a obrigava a devolver as ricas regiões mineradoras da Alsácia-Lorena para a França, a pagar uma pesada indenização aos vencedores e a ceder seus territórios coloniais.

O mundo após a guerra

Além das terríveis perdas humanas e dos danos ambientais e materiais, a Primeira Guerra Mundial causou grandes mudanças em todo o mundo.

- ✓ Os países europeus passaram de credores a devedores, assumindo uma dívida de cerca de 10 bilhões de dólares com os Estados Unidos, que se tornaram, assim, a principal potência mundial, lugar ocupado até então pela Grã-Bretanha.
- ✓ Uma verdadeira onda de greves operárias varreu a Europa motivadas por um grande descontentamento social.
- ✓ A escassez de mão de obra masculina, massivamente recrutada para a guerra, permitiu que um grande número de mulheres ingressasse no mercado de trabalho.
- ✓ A atuação feminina no esforço de guerra ajudou a fortalecer movimentos pela emancipação feminina, como ocorreu na Grã-Bretanha, em 1918, e que regulamentou o direito de voto para as mulheres maiores de 30 anos.
- ✓ Formaram-se governos autoritários na Europa, fortemente militarizados e caracterizados por um nacionalismo extremo.
- ✓ Com o fim dos impérios Alemão, Austro-Húngaro e Turco-Otomano, surgiram novos países na Europa: Áustria, Hungria, Tchecoslováquia e Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos (Iugoslávia). Com o fim do Império Russo, formaram-se, além da Rússia soviética, Finlândia, Estônia, Letônia, Lituânia e Polônia.

A economia norte-americana conheceu uma fase de prosperidade e esperança. No entanto, o entusiasmo não duraria muito: uma crise econômica arrasadora abalaria o país no final da década de 1920 e repercutiria em quase todo o mundo.

A humilhação dos alemães alimentou o sentimento de revanche e o nacionalismo de seu povo, que levariam, vinte anos depois, a um novo conflito mundial.

O país mais extenso do mundo

O que você sabe sobre a Rússia? Você já visitou esse país ou conhece alguém que tenha visitado? Várias informações podem nos vir à mente ao falar sobre o país que possui a área mais extensa do planeta. Com mais de 17 milhões de quilômetros quadrados e habitado por pouco mais de 140 milhões de pessoas, o país faz fronteira com 16 países e tem nove fusos horários diferentes.

Um dos aspectos mais importantes da Rússia atual é, sem dúvida, a sua importância econômica e geopolítica. Membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o país é o maior produtor de petróleo do mundo, além de possuir um dos maiores orçamentos militares do planeta.

Nos esportes, o país sediou os Jogos Olímpicos de Moscou, em 1980, e os Jogos Olímpicos de Inverno em Sóchi, em 2014. A Rússia ainda será a sede da próxima Copa do Mundo de Futebol, em 2018.

O quadro atual da Rússia nem de perto lembra o seu passado. Até o início do século XX, o país tinha a maioria de sua população vivendo no campo, em condições análogas às do feudalismo, ao mesmo tempo em que passava por um acelerado processo de industrialização e urbanização. Nesse cenário contraditório eclodiu uma das revoluções mais importantes da história.

Um país de contrastes

Do século XVI a 1917, a Rússia foi uma monarquia absolutista governada por um czar, a autoridade mais importante do império. O monarca russo tinha em suas mãos todos os poderes e o apoio da Igreja Ortodoxa Russa e da nobreza proprietária de terras.

A partir da segunda metade do século XIX, o czar Alexandre II, com a ajuda de empréstimos externos, iniciou um programa de reformas liberais com o intuito de transformar a Rússia numa nação moderna e industrial. Ele aboliu a servidão, distribuiu terras aos camponeses, incentivou as atividades industriais e a fundação de bancos, melhorou o ensino e reorganizou o exército.

As reformas iniciadas por Alexandre II transformaram a Rússia num país de grandes contrastes. De um lado a sociedade russa possuía características que lembravam o feudalismo, com cerca de 80% da sua população vivendo no campo em condições miseráveis.

De outro, reformas modernizantes, impulsionadas pelo Estado czarista, permitiram que o processo de industrialização avançasse no país, com a construção de ferrovias, a instalação de indústrias siderúrgicas, o crescimento acelerado da indústria têxtil e o incremento da produção de ferro, carvão e petróleo.

O afluxo de capitais franceses, ingleses e belgas permitiu a abertura de grandes empresas, transformando Moscou e São Petersburgo nas cidades mais industrializadas da Rússia, além de Varsóvia, na Rússia polonesa.

Entretanto, as outras cidades russas eram ilhas no interior de zonas rurais. Nessas cidades, misturavam-se antigas relações de trabalho com práticas capitalistas de produção.



Esmolas, c. 1870-1875. Museu Estatal de História, Moscou. A foto evidencia a condição social contrastante da população russa no período czarista.

[...] boa parte das cidades russas era ainda cercada pela economia e cultura agrárias, ou ainda impregnada por hábitos e costumes camponeses. A própria cidade de Moscou, a segunda maior do país, continuava imersa numa atmosfera camponesa, o casario de madeira, a presença dos mujiks no próprio interior da classe trabalhadora, voltando maciçamente aos campos na época das colheitas e das sementeiras.”

REIS FILHO, Daniel Aarão. As revoluções russas e o socialismo soviético. São Paulo: Editora Unesp, 2003. (Coleção Revoluções do século XX)

Nas fábricas, os operários eram submetidos a condições insalubres: jornadas de trabalho de 12 a 16 horas por dia, baixos salários e riscos de acidente. Além disso, não havia legislação trabalhista, direito de greve ou de organização sindical.

A extrema exploração do trabalhador industrial propiciou a organização de greves e sindicatos, e a difusão das ideias socialistas de Karl Marx e Friedrich Engels no país.

O alemão Karl Marx (1818-1883) foi um dos mais importantes pensadores do século XIX. Com outro alemão, Friedrich Engels (1820-1895), escreveu o Manifesto comunista (1848).

A obra é considerada fundadora do socialismo científico, uma teoria que parte da concepção de que os fenômenos históricos podem ser analisados e até mesmo previstos, ainda que parcialmente, com base no conhecimento das leis que governam o funcionamento da história. Por essas mesmas leis, seria possível deduzir que o capitalismo viveria sucessivas crises até ser derrubado pela luta do proletariado, organizado em um partido político que implantaria o Socialismo.

O Domingo Sangrento e a Revolução de 1905

A política expansionista do czar Nicolau II, neto de Alexandre II, levou a Rússia à guerra contra o Japão pelo controle da Manchúria, no nordeste da China, em 1904. Com a derrota do exército russo, as tensões sociais aumentaram no país.

Em janeiro de 1905, operários em greve e suas famílias dirigiram-se ao palácio do czar, em São Petersburgo, com um abaixo-assinado reivindicando direito de greve, melhores condições de vida e a convocação de uma Assembleia Constituinte.

A manifestação foi fortemente reprimida pela guarda imperial, resultando na morte de centenas de manifestantes. Esse dia ficou conhecido como Domingo Sangrento.

O acontecimento gerou uma onda de protestos e greves por toda a Rússia e impulsionou a formação dos sovietes, conselhos de representantes eleitos pelos operários, camponeses e soldados, que teriam um papel fundamental na história posterior da Rússia.

Bolcheviques e Mencheviques

A oposição ao regime czarista tinha fortes laços com os setores rurais. Muitos dos opositores acreditavam que apenas os camponeses, com o apoio de outros setores sociais, poderiam derrubar o regime.

Contudo, influenciado por correntes políticas europeias, o movimento socialista russo voltou sua atenção ao operariado. O resultado foi a criação, em 1898, do Partido Operário Social-Democrata Russo.

Entretanto, a divergência de ideias entre seus integrantes levou o partido a se dividir em dois grupos. Inspirados nas ideias de Marx, os bolcheviques (que significa “representantes da maioria”) acreditavam na aliança entre os camponeses e o operariado para derrubar o czarismo e implantar o socialismo.

Os mencheviques (que significa “representantes da minoria”), também marxistas, buscavam uma passagem gradual para o socialismo por meio de uma aliança dos operários e camponeses com a burguesia.

O rompimento entre os dois grupos ocorreu em 1912. Os bolcheviques formaram um novo partido e passaram a defender abertamente a queda do czarismo por meio de uma revolução proletária.

A Rússia na Primeira Guerra Mundial

O principal objetivo de Nicolau II ao lançar a Rússia na Primeira Grande Guerra era dominar o acesso do Mar Negro ao Mar Mediterrâneo e afastar a influência do Império Austro-Húngaro na Península Balcânica.

No entanto, a Rússia estava despreparada para enfrentar o exército alemão: muitos soldados russos eram camponeses e combatiam o inimigo com armas tecnologicamente inferiores, além de a produção industrial e o sistema de transportes do país não atenderem às necessidades colocadas pela guerra.

Para a Rússia, a guerra trouxe consequências sérias: crescimento das rebeliões populares e das greves operárias, inflação desenfreada e redução da produção agrícola, situação que gerou revoltas de soldados que combatiam nas frentes de batalha e fome em todo o país.

A Revolução de Fevereiro

Em fevereiro de 1917, rebeliões populares, greves gerais, revoltas armadas de soldados contra seus comandantes, uma grave crise de abastecimento e a atuação de sovietes no campo e na cidade criaram uma situação revolucionária na Rússia.

A grande liderança surgida nesse processo foi o sovieta da cidade de Petrogrado, controlado pelos mencheviques e socialistas revolucionários. O sovieta pressionou a Duma (Parlamento russo) para nomear um novo governo em torno de um programa liberal. Diante dos acontecimentos, o czar foi obrigado a abdicar.

A monarquia czarista foi substituída por um Governo Provisório de orientação liberal, dirigida pelo socialista-revolucionário Alexander Kerensky. Porém, a decisão do novo governo em manter a Rússia na Primeira Guerra gerou violenta oposição, liderada pelos bolcheviques. A crise no Governo Provisório desencadearia um novo processo revolucionário.

A Guerra Civil e o Comunismo de Guerra

A Guerra Civil entre os Bolcheviques e seus inimigos internos e externos começou em 1918. Do lado dos contrarrevolucionários formou-se o Exército Branco, reunindo oficiais czaristas, aristocratas e burgueses, apoiado por uma aliança de catorze potências estrangeiras, principalmente Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e Japão. Do lado bolchevique estava o Exército Vermelho, comandado por Leon Trotsky.

Diante da guerra civil e das dificuldades que ela gerava, Lênin estabeleceu o comunismo de guerra. O programa definiu o confisco das colheitas no campo para abastecer os soldados e a população urbana; a suspensão da liberdade de imprensa, de greve e de associação; os partidos menchevique e socialista revolucionário foram proibidos; e o czar e sua família, que estavam presos, foram executados.

A guerra terminou em 1921 com a vitória do Exército Vermelho e a sobrevivência do Estado socialista. A Rússia soviética, porém, estava em

colapso. A produção agrícola e industrial havia diminuído, as principais cidades tinham se esvaziado, as minas estavam abandonadas, e os transportes, desmantelados.

Estima-se que a fome que devastou o país no inverno de 1921-1922 tenha causado a morte de aproximadamente 5 milhões de pessoas.

O programa de educação da Rússia Bolchevique

A guerra civil não impediu o governo bolchevique de estabelecer uma política para combater o analfabetismo no país.

Por essa razão, em 1918, a jornada de trabalho dos operários foi reduzida em 2 horas, sem redução de salário, para os que estudavam; clubes, fábricas e repartições públicas foram usados para o ensino.

Para Lênin, a política e a construção do socialismo não se separavam da escola, da instrução pública, do trabalho e do desenvolvimento da ciência.

Foi com essa visão que sua companheira, a militante e pedagoga Nadejda Krupskaja, elaborou o primeiro programa de educação do Partido Comunista da Rússia, aprovado pelo congresso do partido em 1919.

Veja algumas de suas determinações:

“1. Instituir a instrução gratuita e obrigatória, geral e politécnica (ensino da teoria e da prática dos principais ramos da produção), para as crianças de ambos os sexos até os 16 anos.

2. Criar uma rede de instituições pré-escolares: creches, jardins de infância, abrigos para crianças que aperfeiçoem a educação social e facilitem a emancipação da mulher. [...]

6. Garantir a todos os alunos a alimentação, os uniformes e os materiais escolares às custas do Estado. [...]

11. Desenvolver ampla propaganda das ideias comunistas e utilizar o aparelho e os meios do Estado para este fim.”

In: DIETRICH, Theo. La pédagogie socialiste. Paris: Maspero, 1973. Citado em OYAMA, Edison Riuitiro. A perspectiva da educação socialista em Lênine Krupskaja. Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo. Universidade Federal Fluminense (UFF), set./out./ 2013. Disponível em www.uff.br/niepmarxismo/MM2013/Trabalhos/Amc692.pdf. Acesso em 28 maio 2014.

A Nova Política Econômica

Terminada a guerra civil, em 1921, era preciso adotar medidas urgentes para reconstruir a economia russa. Para isso, o X Congresso do Partido Comunista da Rússia aprovou, no mesmo ano, a Nova Política Econômica, conhecida como NEP.

As medidas fundamentais da NEP foram a formação de cooperativas nacionais, a autorização para pequenas e médias empresas privadas funcionarem e a permissão para os camponeses venderem seus produtos no mercado livre. As

grandes indústrias, as comunicações, o sistema financeiro e os transportes continuaram controlados pelo Estado.

A ideia da NEP era desenvolver aspectos capitalistas que evitassem a falência total da economia russa e salvassem o regime socialista recém-estabelecido.

Conta-se que Lênin justificou esse momento de incentivo a práticas capitalistas dizendo que era preciso dar "um passo atrás para, depois, dar dois à frente".

Assim, partiu-se do pressuposto de que era necessário estimular uma produção excedente no campo para abastecer as cidades e possibilitar o crescimento industrial da Rússia soviética. Toda a riqueza produzida deveria ser, posteriormente, socializada.

Contudo, as medidas estabelecidas pela NEP não foram suficientes para impulsionar a economia russa, que apenas em 1926 atingiu os níveis de produção do período anterior à guerra.

O crescimento extraordinário da economia do país se deu a partir da década de 1930, impulsionado pelos chamados planos quinquenais. Naquela década, enquanto os países capitalistas sofriam os efeitos devastadores da crise de 1929, a Rússia, renomeada de União Soviética em 1922, apresentava taxas de crescimento nunca até então alcançadas pelas economias ocidentais.

A Ditadura Stalinista

Com a morte de Lênin, em 1924, iniciou-se uma disputa pelo poder entre Leon Trotsky e Joseph Stalin. Trotsky propunha que a União Soviética promovesse a revolução socialista mundial.

Stalin, então secretário-geral do Partido Comunista, defendia que era necessário primeiro consolidar a revolução no país. Stalin venceu a disputa com Trotsky, e passou a governar a União Soviética como um ditador.

A Ditadura Stalinista começou de fato em 1927, com a aprovação da proposta de Stalin de coletivização forçada da agricultura. O objetivo era obrigar a classe dos camponeses prósperos, conhecidos como kulaks, a aderir às fazendas coletivas.

Como resistiram a entregar sua produção ao governo, os kulaks foram vítimas de violenta repressão. Presos, executados ou deportados para regiões distantes, a classe dos kulaks foi eliminada da União Soviética.

A repressão também se voltou contra os que denunciavam a burocracia stalinista. Entre 1936 e 1939, o governo montou processos judiciais para punir os supostos traidores da revolução, e o terror implantou-se no país. Pessoas acusadas ou

suspeitas de traição eram levadas para campos de trabalho forçado criados pelo regime.

O saldo final foram 5 milhões de presos e cerca de 500 mil executados. Toda a velha guarda bolchevique, que dirigiu a Revolução de 1917, acabou eliminada.



Pela felicidade nacional! cartaz de 1950. Um exemplar da arte de agitação e propaganda soviética. Biblioteca Estatal da Rússia, Moscou.

O Realismo Socialista

Com a chegada de Stalin ao poder, as manifestações das vanguardas soviéticas foram reprimidas e consideradas "burguesas" ou "decadentes".

Sob o regime stalinista surgiu o realismo socialista: financiada e controlada pelo Estado, a arte deveria enaltecer a "pátria" soviética e representar apenas o mundo dos trabalhadores: soldados em guerra, operários e camponeses fortes e felizes, mineiros sujos de fuligem.

Com um conjunto de normas e procedimentos de produção artística previamente delimitados pelo Estado, o realismo socialista tornou-se a arte oficial da União Soviética, cumprindo um papel fundamental na preservação do regime stalinista.

No exílio, no México, o revolucionário Leon Trotsky acompanhava as notícias sobre os acontecimentos na União Soviética, principalmente a eliminação de toda a vanguarda da Revolução de Outubro e a política de estatização da arte soviética.

Foi o interesse em discutir os caminhos da arte soviética e dos partidos comunistas dirigidos por Moscou que reuniu, no México, Trotsky, o escritor, poeta e dirigente do movimento surrealista, o francês André Breton, e o muralista mexicano Diego Rivera.

O resultado do encontro foi a publicação, no dia 25 de julho de 1938, na Cidade do México, do Manifesto por uma arte revolucionária independente, assinado pelos dois artistas com a colaboração de Trotsky. Conheça aqui parte desse manifesto:

“Consideramos que a tarefa suprema da arte em nossa época é participar consciente e ativamente da

preparação da revolução. No entanto, o artista só pode servir à luta emancipadora quando está compenetrado subjetivamente de seu conteúdo social e individual, quando faz passar por seus nervos o sentido e o drama dessa luta e quando procura livremente dar uma encarnação artística a seu mundo interior. [...]

Nenhuma autoridade, nenhum coração, nem o menor traço de comando! As diversas associações de cientistas e os grupos coletivos de artistas que trabalharão para resolver tarefas nunca antes tão grandiosas unicamente podem surgir e desenvolver um trabalho fecundo na base de uma livre amizade criadora, sem a menor coação externa. [...]

Capítulo 3

A Crise da Democracia e a Segunda Guerra Mundial

A expansão econômica dos Estados Unidos

Você ou alguém da sua família tem o costume de escutar programas de rádio? Para você, quais seriam as estações mais populares atualmente? Você sabia que as primeiras radio difusoras regulares surgiram na década de 1920? Foi nessa época também que o cinema se tornou popular, com filmes de Hollywood sendo exibidos em locais muito parecidos com aqueles que você conhece hoje.

Nos Estados Unidos, a expansão dos meios de comunicação de massa, como o rádio e o cinema, foi beneficiada pela grande prosperidade econômica que vivia o país nos anos que se seguiram ao fim da Primeira Guerra Mundial.

Os Estados Unidos foram os grandes beneficiados com a Primeira Guerra. Como o conflito não foi travado em seu território, a economia do país não sofreu os danos decorrentes dos combates. Além disso, a guerra destruiu grande parte do potencial industrial europeu, permitindo que os Estados Unidos se tornassem o principal exportador de mercadorias do planeta, responsável por cerca de 30% da produção mundial.

Toda essa riqueza econômica foi responsável, em certa medida, por uma mudança na mentalidade norte-americana, como mostra o texto a seguir:

“Circulavam entre as massas produtos antes restritos aos ricos – carros, luz elétrica, gramofone, rádio, cinema, aspirador de pó, geladeira e telefone –, o ‘jeito americano de viver’ (*american way of life*) tornou-se o slogan exaltado do período. [...] A nova indústria de propaganda e marketing [...] disseminou a ideia da liberdade associada ao consumo [...], possibilidades de consumo como o elemento essencial de felicidade e cidadania.”

Acontecimentos que levaram à crise



Corretores da Bolsa de Valores de Nova York na década de 1920. Na época, comprar e vender ações na bolsa de valores parecia acessível a todos os norte-americanos.

A Europa, ao contrário dos Estados Unidos, saiu da guerra economicamente abalada. O desemprego cresceu e a inflação galopante desvalorizou as moedas, especialmente o marco alemão, causando o empobrecimento da população.

Interessados em recuperar suas economias, os países europeus adotaram medidas para proteger e estimular suas indústrias, restringindo as importações.

A esse problema externo se somavam, internamente, os baixos salários dos trabalhadores norte-americanos e a queda dos preços dos produtos agropecuários.

A combinação entre as restrições adotadas pelos importadores e a queda do poder de compra do consumidor interno provocou problemas de superprodução nos Estados Unidos, que tinham a maior produção industrial do mundo.

A partir de 1925, o crescimento econômico norte-americano começou a regredir. O governo e os bancos ofereciam muito crédito para tentar estimular a produção e elevar o consumo, o que reforçou a especulação na bolsa de valores. Você tem ideia do que seja e como funcionam as bolsas de valores?

A bolsa de valores e o boom especulativo

Para atrair investidores, uma empresa coloca ações à venda na bolsa de valores, que é o local onde se negociam ações.

Ação é um documento que representa a propriedade de uma parte do patrimônio de determinada empresa.

Numa situação ideal, se a empresa tiver lucros, o preço das ações sobe, beneficiando os investidores, chamados acionistas. Caso os lucros da empresa diminuam, o preço das ações cai, prejudicando os investidores. Para reduzir os prejuízos, os acionistas procuram vender suas ações antes que os preços caiam demais.

Operações desse tipo na bolsa de valores são consideradas normais e acontecem até os dias de hoje.

Porém, naquele período, com a economia superaquecida e a ausência de regulamentação governamental, investimentos feitos nos setores produtivos (que são aqueles que geram emprego) passaram a ser transferidos, em massa, para as aplicações na bolsa de valores, que parecia ser o caminho mais rápido para a riqueza.

Como resultado, a maior parte das empresas ficou muito endividada, pois produzia muito e vendia pouco, enquanto o preço das ações não parava de subir.

Criou-se, assim, uma situação contraditória, que cedo ou tarde entraria em colapso: por um lado, os investimentos crescentes na bolsa faziam as ações subirem rapidamente de preço; por outro, muitas empresas que essas ações representavam estavam à beira da falência.

A quebra da bolsa de Nova York

Em outubro de 1929, uma verdadeira corrida dos acionistas para vender suas ações provocou a queda acelerada no preço delas e a falência de milhares de investidores. A queda vertiginosa no preço das ações levou ao crack (quebra) da bolsa de Nova York, em 24 de outubro daquele ano.

Muitos especuladores aplicavam na bolsa usando créditos bancários. Após o crack da bolsa, eles não tinham como pagar os empréstimos contraídos nos bancos para comprar ações.

Com isso, milhares de correntistas não tiveram os seus depósitos garantidos pelos bancos, provocando quebras no sistema bancário dos Estados Unidos. Ou seja, o dinheiro dos clientes que estava guardado nos bancos simplesmente desapareceu.

Acreditando que o próprio mercado colocaria as coisas nos eixos, o governo norte-americano cruzou os braços perante a crise. O mercado, porém, não conseguiu restabelecer-se por si só, e a economia capitalista entrou em uma crise que se prolongou por vários anos.

Os efeitos mundiais da crise

Os efeitos da crise se estenderam pela maior parte do mundo durante a década de 1930. Os países da Europa Ocidental foram os que mais sentiram a crise.

Os Estados Unidos não só cortaram os empréstimos que faziam a alguns desses países, como também cobraram as dívidas contraídas por eles, prejudicando as suas já fragilizadas economias do pós-guerra.

Na União Soviética não havia bolsas de valores nem capital especulativo. Além disso, o país havia sido isolado pelas economias capitalistas, que temiam a expansão mundial do socialismo.

Durante a grande crise capitalista, esse isolamento preservou os soviéticos dos resultados mais terríveis da depressão econômica.

Nos Estados Unidos, os trabalhadores foram os que mais sentiram os efeitos da crise. Em três anos, a população de desempregados saltou de 400 mil para 14 milhões, os quais, sem poder contar com um sistema de previdência social, foram lançados à miséria.

Roosevelt e a adoção do *New Deal*

Em 1933, o democrata Franklin Roosevelt assumiu a presidência dos Estados Unidos, eleito com a promessa de recuperar a economia norte-americana.

Eram quase 14 milhões de desempregados no país naquele momento. O novo presidente adotou

um ambicioso programa de combate à crise, que ficou conhecido como *New Deal* (Novo Acordo).

A base do programa era o abandono do liberalismo e a adoção de uma política de intervenção direta do Estado na condução da economia, como faziam os soviéticos, mas sem suprimir a propriedade privada.

Essa medida foi vista como a única saída para combater a especulação e os efeitos desastrosos da política de livre mercado adotada até então.

Roosevelt venceu quatro eleições consecutivas e permaneceu doze anos na presidência dos Estados Unidos.

Em seus mandatos posteriores, aprofundou as medidas intervencionistas, centradas na recuperação econômica.

A política de bem-estar social também teve grandes avanços, com a aprovação do direito de greve, da liberdade sindical e de uma legislação de seguridade social.

Linhas de atuação do *New Deal*

O programa democrata de Roosevelt seguia, em grande parte, as propostas do economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946), que defendia o papel regulador do Estado na atividade econômica para evitar ou reduzir os efeitos das crises econômicas.

✓ **Agricultura** – Medidas foram tomadas para aumentar os rendimentos dos agricultores, fixando limites à produção, recuperando os preços e fornecendo incentivos às exportações.

✓ **Indústria** – Para ajudar na recuperação das empresas foi criado um programa de auxílio à indústria: concessão de financiamentos a juros baixos e compra de ações ou nacionalização de empresas em dificuldades ou em processo de falência.

✓ **Emprego** – A jornada de trabalho semanal foi reduzida; fixou-se um salário mínimo e realizou-se um programa de construção de obras públicas, como estradas, usinas hidrelétricas, escolas e hospitais, criando novos postos de trabalho.

A recuperação da economia foi financiada com dinheiro público, obtido com o aumento de impostos. A taxação dos cidadãos mais ricos foi o mecanismo escolhido pelo governo para garantir a distribuição de renda e financiar a recuperação econômica do país.

O fracasso da Revolução Mundial

Assim que a Primeira Guerra terminou, em 1918, principalmente nos países perdedores (Alemanha e os novos Estados formados com o desmembramento da Áustria-Hungria), as dificuldades econômicas, as perdas humanas e

materiais e a instabilidade política pareciam reunir as condições favoráveis para uma revolução socialista, como a que havia eclodido na Rússia em 1917. Para a grande burguesia e alguns setores da classe média, o "perigo bolchevique" estava chegando ao Ocidente.

Evidências dessa "ameaça" não faltavam: na Alemanha, em 1918, uma revolução levou à queda do império; no ano seguinte, na Hungria, nasceu a República Húngara dos Conselhos, organizada no modelo bolchevique russo. No entanto, o "perigo do comunismo" foi logo afastado. A revolução foi derrotada na Alemanha e, na Hungria, uma aliança de tropas contrarrevolucionárias, lideradas pela França e pela Romênia, depôs o governo revolucionário húngaro após 133 dias no poder.

A derrota das duas revoluções, o isolamento da União Soviética e os primeiros sinais de recuperação da economia europeia pareciam indicar que a estabilidade política e social tinha sido restabelecida e as democracias liberais europeias estavam novamente seguras.

A Grande Depressão repercute na Europa

O cenário de estabilidade, porém, mudaria completamente com a crise de 1929 e os efeitos que ela produziu na economia europeia. Os capitais norte-americanos investidos na recuperação dos países europeus afetados pela guerra foram reduzidos drasticamente. O desemprego em massa se espalhou pela Europa, e as críticas ao liberalismo político e econômico, incapaz de conter a crise, cresceram.

A crise econômica aprofundou a polarização política na Europa. De um lado, trabalhadores, ativistas políticos e intelectuais denunciavam o capitalismo como responsável pela crise e pregavam a revolução socialista. Setores da classe média e a grande burguesia, preocupados com a iminência de uma revolução, apoiaram, em vários casos, propostas autoritárias, com o objetivo de defender o capitalismo contra a ameaça comunista e recuperar valores nacionais.

Na Alemanha, esse quadro de crise econômica e radicalização política era agravado pelos ressentimentos com as condições humilhantes do Tratado de Versalhes, que, após mais de dez anos, ainda feriam o orgulho nacional. Foi nesse contexto que surgiu a liderança política de Adolf Hitler.



Cartaz de propaganda alemã da década de 1930 com os dizeres: "A Alemanha está livre!".

Características dos regimes totalitários

O autoritarismo e o totalitarismo são regimes de governo que se caracterizam pelo abuso da autoridade no exercício do poder. O totalitarismo, porém, é um regime extremo, em que a vontade do grupo governante se confunde com o direcionamento do Estado. A vida pessoal e as relações sociais são controladas pelo governo, o cotidiano é rigidamente policiado, assim como a imprensa, a cultura e o sistema educacional.

O uso da força também é outra característica importante dos regimes totalitários. Quem não concorda com o regime, tem uma posição política diferente ou não pertence ao grupo étnico dominante é considerado criminoso e é perseguido como inimigo nacional.

O fascismo, na Itália, o nazismo, na Alemanha, o stalinismo, na União Soviética, e o maoísmo, na China, são os principais exemplos de regimes totalitários.

A ascensão do fascismo na Itália

Após a Primeira Guerra Mundial, a economia da Itália se deteriorou. Empresas fecharam suas portas e o desemprego cresceu. A sociedade italiana enfrentava também o drama das perdas humanas na guerra: 500 mil mortos e 400 mil mutilados.

De um lado, a crise do pós-guerra e o fortalecimento das organizações operárias fizeram avançar as propostas socialistas, influenciadas pela Revolução Russa. Do outro, desempregados, ex-combatentes e antigos socialistas fundaram o Fasci di Combattimento, grupo paramilitar liderado por Benito Mussolini. O movimento combatia os comunistas, a democracia liberal e as organizações operárias e socialistas.

Em outubro de 1922, os fascistas promoveram a Marcha sobre Roma. Pressionado, o rei convocou o líder fascista (a partir daí conhecido como o Duce, "o Condutor") a ocupar o cargo de primeiro-ministro.

Como chefe de governo, Mussolini extinguiu os partidos políticos de oposição, censurou a imprensa e criou uma polícia política que vigiava e punia os opositores do regime.



Mussolini se dirige à multidão em Roma, 1936. A ascensão de Mussolini e do fascismo na Itália teve o apoio da grande burguesia, do rei e de setores da classe média urbana.

A República de Weimar na Alemanha

A república alemã foi proclamada em novembro de 1918, durante a Primeira Guerra Mundial, e foi resultado de uma revolução conduzida por socialistas e liberais.

O novo governo, conhecido como República de Weimar, tratou logo de pôr fim à guerra e negociar a paz com os vencedores.

Em 1919 foi assinado o Tratado de Versalhes, que encerrava a guerra de forma definitiva. O acordo declarava a Alemanha responsável por todos os danos causados aos países vencedores e impunha a ela uma "paz punitiva".

A assinatura do documento, que estabelecia exigências pesadas, causou grande impacto na população alemã:

"A conferência de paz iniciada em Paris, em janeiro de 1919, e sem a presença dos países derrotados, terminou por produzir um documento destinado a humilhar e arrasar a Alemanha. [...]"

Os aliados exigiam a entrega dos poucos territórios coloniais que a Alemanha possuía [...] e de várias fatias do próprio território alemão [...], uma saída para o mar para a nova Polônia através do chamado 'corredor de Dantzig' (hoje Gdansk), que cortava o país em duas partes [...], a redução do exército [...] em um número não superior a 100 mil homens, a redução drástica do armamento, a quase destruição da marinha [...], o direito de julgar alguns 'responsáveis pela guerra', a proibição do Anschluss - unificação voluntária da Alemanha e da Áustria - e, por fim, a fixação de pesadas somas a serem estabelecidas em dinheiro e matérias-primas, como reparações de guerra."

A fim de efetuar os pagamentos estabelecidos pelo tratado, que se prolongaram por vários anos após o conflito, o governo de Weimar assumiu enormes dívidas, principalmente com os Estados Unidos. Essa situação deixou a economia alemã extremamente frágil e dependente dos capitais estrangeiros.

Os problemas econômicos da Alemanha no início do século XX acirraram os problemas sociais: desemprego, concentração de renda, empobrecimento da classe média e das classes trabalhadoras.

A república enfrentava ainda a forte reação da burguesia e das classes médias, que acusavam o governo de ser responsável pela derrota alemã e de favorecer o movimento operário e socialista.

Uma "solução" extrema: o Partido Nazista

A crise econômica e social que atingia a Alemanha durante a República de Weimar, agravada pelos ressentimentos nacionalistas, criou o cenário ideal para a fundação, em 1919, do

Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, o Partido Nazista. A doutrina nazista, articulada politicamente em torno do partido, proclamava a superioridade do que eles chamavam de "raça ariana", da qual os alemães supostamente se originaram.

Os nazistas procuravam explorar o sentimento nacionalista da população alemã, abalada com os resultados da guerra. Prometendo resgatar a honra nacional, defendiam a destruição dos principais inimigos da Alemanha: externamente, as potências que impuseram o Tratado de Versalhes; internamente, os judeus, acusados de conspirar contra a Alemanha, os comunistas e o governo republicano e liberal de Weimar. Além disso, a estrutura do partido, fortemente militarizada, simbolizava a ideia de ordem num país desorganizado política, social e economicamente.

A crise de 1929 e a ascensão do Nazismo

Inteiramente dependente das exportações e dos empréstimos externos, a Alemanha sofreu as consequências da crise de 1929 e da retirada dos capitais norte-americanos. Muitas indústrias fecharam suas portas, e o desemprego chegou a 44% da população economicamente ativa.

Diante da crise, os grupos socialistas ganharam força. Do outro lado, também crescia o movimento nazista, com seu discurso nacionalista, de rejeição ao Tratado de Versalhes e sua proposta de unidade nacional. As Tropas de Assalto, conhecidas como SA, ligadas ao Partido Nazista, atacavam organizações socialistas e comunistas.

Para ampliar o apoio popular, os nazistas apresentaram propostas que beneficiavam os trabalhadores do campo e das cidades: reforma agrária sem indenização, nacionalização dos grandes grupos empresariais e participação dos trabalhadores nos lucros das empresas; anulação das dívidas dos agricultores, preços melhores para as colheitas e salários dignos para os operários.



Alemães tentam se aproximar de Adolf Hitler para cumprimentá-lo durante o Festival da Colheita de 1937, na Alemanha.



Apropriadas pelo nazismo como símbolo da identidade ariana, as suásticas apareceram na região da Índia, por volta de 3000 a.C. De lá, espalharam-se pela Ásia e Europa, sendo utilizadas como símbolo de sorte.

Os nazistas tomam o poder

A partir dos anos 1930, a campanha nazista já tinha o apoio claro dos grandes industriais, do exército e das massas populares. Em julho de 1932, o Partido Nazista conseguiu vencer as eleições para o Reichstag, o Parlamento alemão. Em janeiro do ano seguinte, Adolf Hitler foi convidado a assumir a chefia do governo alemão. Os nazistas chegavam ao poder.

Menos de um mês depois, os nazistas incendiaram o prédio do Reichstag e responsabilizaram os comunistas.

Esse foi o pretexto para decretar o estado de emergência, dissolver o Parlamento e decretar a prisão das principais lideranças de esquerda.

Todos os partidos, à exceção do Partido Nazista, foram fechados. Estava instalada a ditadura nazista na Alemanha.

O Regime Nazista implementou diversas políticas buscando ampliar sua popularidade. A mais importante delas foi colocar em marcha um ideal guerreiro e expansionista, que se baseava nas teses do pangermanismo e do espaço vital.

✓ **Pangermanismo** – Segundo essa tese, o Estado alemão deveria reunir todos os alemães que viviam em outros países em uma mesma nação e, em seguida, estender seu domínio sobre outros territórios para assegurar sua permanência como potência mundial.

✓ **Espaço Vital** – Por esse princípio, os "povos inferiores" deveriam ser dominados garantindo territórios onde a raça ariana, representada pelos alemães, pudesse se desenvolver e viver adequadamente.

Essas ideias, que combinavam belicismo, nacionalismo e racismo, foram bem recebidas por uma população que, pouco tempo antes, não tinha perspectivas de futuro e agora era chamada a dominar o mundo.

Os antecedentes da guerra

Com a vitória do nazismo na Alemanha, Hitler rompeu com as proibições do Tratado de Versalhes: rearmou o exército, ampliou o efetivo militar e

fomentou a indústria bélica alemã. Assim, em 1939, às vésperas da guerra, a Alemanha contava com aviões, caças, submarinos e bombardeiros de última geração, comandados por oficiais disciplinados e bem treinados. Preparar o país para a guerra gerou empregos, movimentou a vida econômica e deu a impressão de que o nazismo era a solução para os problemas políticos e sociais da Alemanha.

O Japão e a Itália, futuros aliados da Alemanha, integraram o bloco dos países vencedores na Primeira Guerra Mundial. Na Itália, o governo fascista de Mussolini implantou um programa de modernização do país com o objetivo de preparar a Itália para a conquista de novos territórios, começando pela África.

O Japão saiu da Primeira Guerra como a maior potência militar do extremo Oriente. No entanto, a expansão japonesa esbarrava na escassez de recursos naturais, que obrigava o país a depender das exportações estrangeiras. A anexação de territórios vizinhos parecia ser a solução para a dependência japonesa.

O início da expansão nazista

O primeiro passo da expansão territorial foi dado pelo Japão, que invadiu a província chinesa da Manchúria, em 1931. No ano seguinte, avançou sobre o território chinês chegando a Xangai. Em 1935, Hitler rompeu oficialmente com os acordos de paz assinados ao final da Primeira Guerra e retirou a Alemanha da Liga das Nações.

Três anos depois, ocupou a Áustria, anunciando o Anschluss, ou seja, a anexação da Áustria à Alemanha. O avanço alemão sobre áreas habitadas por minorias germânicas foi concluído com a conquista dos territórios tchecos, em 1939. A Eslováquia, que fazia parte da Tchecoslováquia, declarou sua independência na ocasião, alinhando-se aos nazistas. Seguindo os passos de Hitler, Mussolini invadiu a Etiópia, no continente africano.

A formação do Eixo

O expansionismo nazifascista na Europa e do Japão no Oriente aproximou os governos dos três países. A afinidade de interesses levou a Alemanha e a Itália a formarem, em 1936, o Eixo Roma-Berlim. Em seguida, a Itália juntou-se à Alemanha e ao Japão no Pacto Anticomintern, constituído para barrar o avanço do comunismo e da União Soviética. Em 1940, o Eixo ganhou a adesão do Japão.

Enquanto os países do Eixo expandiam suas fronteiras, os governos vencedores da Primeira Guerra (principalmente Grã-Bretanha e França) mantinham-se neutros. Para os países capitalistas, o anticomunismo de Hitler era conveniente, na medida em que atacava diretamente o que eles mais temiam: o perigo soviético. Esse foi mais um

motivo pelo qual a ascensão do nazifascismo foi tolerada: parecia “um mal menor”.

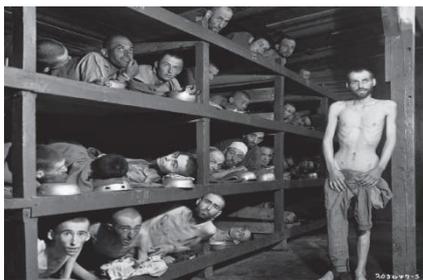
A invasão da Polônia: o início da guerra

Após a invasão da Tchecoslováquia, os governos da França e da Grã-Bretanha assinaram com a Polônia um acordo que lhe garantia todo apoio possível no caso de uma invasão alemã.

Enquanto isso, o ditador Joseph Stalin negociava secretamente com Hitler garantias da neutralidade soviética. Stalin acreditava que, no caso de uma guerra, a União Soviética enfrentaria sozinha a Alemanha nazista, pois Grã-Bretanha e França não sairiam em defesa do Estado bolchevique.

O resultado da aproximação entre Hitler e Stalin foi o Pacto Nazi-Soviético de Não Agressão, assinado em 1939. Pelo acordo, alemães e soviéticos dividiriam a Polônia, e a União Soviética recuperaria territórios perdidos ao final da Primeira Guerra.

Hitler, confiante de que França e Grã-Bretanha não iriam à guerra, ordenou a invasão da Polônia, que ocorreu em 1º de setembro de 1939. Dois dias depois, Grã-Bretanha e França declararam guerra à Alemanha, dando início à Segunda Guerra Mundial.



Sobreviventes do campo de concentração de Buchenwald (no leste da Alemanha), fotografados no final da guerra, em 1945. A política nazista de extermínio dos judeus durante a Segunda Guerra Mundial seria adotada por outros Estados ao longo dos séculos XX e XXI.

A política da solução final

A ocupação nazista na Polônia foi devastadora. Em um ano, cerca de 400 mil poloneses foram levados à Alemanha para trabalhar em regime de semiescravidão. Foi na Polônia ocupada que os alemães aplicaram com mais ferocidade a política da “solução final”, ou seja, de extermínio dos judeus e adversários do regime nazista.

Para concretizar esse objetivo, os alemães isolaram os judeus em guetos e construíram os campos de concentração, onde os prisioneiros, em grande parte judeus, comunistas, ciganos e homossexuais, realizavam trabalhos forçados e eram executados. Estima-se que 6 milhões de judeus foram mortos nos campos de concentração, sobretudo na Polônia.

A conquista da Europa Ocidental

Os combates entre os Aliados (liderados pela França e Grã-Bretanha) e as forças do Eixo

começaram, de fato, em 1940, quando os alemães partiram para a conquista da Escandinávia, no norte da Europa. A campanha da Escandinávia foi rápida e, em maio de 1940, Noruega e Dinamarca já estavam ocupadas pela Alemanha.

Enquanto as tropas ainda lutavam na Noruega, Hitler iniciou a conquista da Bélgica e da Holanda. O objetivo era criar uma base para a ofensiva aérea contra a Grã-Bretanha e abrir caminho para a conquista da França. A operação, concluída em poucos dias, foi feita com intensos bombardeios dirigidos pela Luftwaffe.

O próximo alvo era a França. Munidos de tanques ultrapesados, lança-chamas, colunas blindadas e bombardeiros, os alemães entraram na França e venceram rapidamente a resistência inimiga. Em junho, as tropas nazistas tomaram Paris e hastearam sua bandeira, com o símbolo da suástica, no topo da Torre Eiffel.

O Eixo a caminho do leste

Ainda em junho de 1940, Mussolini entrou na guerra ao lado da Alemanha e avançou para o norte da África. Nessa região, o socorro enviado pela Alemanha poupou os italianos de uma derrota total contra os ingleses.

O próximo alvo alemão foi a região dos Bálcãs, importante fornecedora de petróleo e trigo para a Alemanha. As tropas nazistas entraram na Romênia e na Bulgária e conseguiram dos seus governos o apoio às forças do Eixo. Em abril de 1941, foi a vez de os nazistas ocuparem a Grécia e a Iugoslávia.

Em meados de 1941, boa parte da Europa estava nas mãos dos nazistas ou de governos aliados de Hitler. O Führer podia, então, voltar-se para a União Soviética, sua maior ambição.

O governo soviético mantinha uma política de neutralidade, enquanto as tropas nazistas ocupavam a Europa. Confiante no acordo de não agressão assinado com a Alemanha, Stalin acreditava que a União Soviética estava segura, apesar do alerta da Orquestra Vermelha, a eficiente rede de espionagem soviética. Na madrugada de 22 de junho de 1941, o Exército alemão cruzou as fronteiras da União Soviética.



Soldados nazistas na cidade soviética de Vitebsk destruída pelas chamas, em agosto de 1941. Os soviéticos, durante a guerra, adotaram a tática de terra arrasada. Antes de abandonarem uma área, os moradores destruíam plantações, casas e cidades para dificultar a sobrevivência dos alemães em território soviético.

Os Estados Unidos entram na guerra

No Pacífico, o Japão estava em guerra com a China desde 1937. Em junho de 1941, os japoneses ocuparam também o sul da Indochina, causando a forte reação dos Estados Unidos, que tinham muitos interesses econômicos e estratégicos na região.

O governo japonês, disposto a afastar a influência norte-americana na Ásia, ordenou o ataque à base norte-americana de Pearl Harbor, no Havaí. No dia seguinte, o Congresso dos Estados Unidos votou a declaração de guerra contra o Japão. Em seguida, a Alemanha e a Itália, aliadas do Japão, declararam guerra aos Estados Unidos.

A entrada dos Estados Unidos na guerra acabou envolvendo muitos países, entre eles o Brasil e o México, fortalecendo o bloco dos Aliados. Na Europa, Bulgária, Hungria e Romênia, aliados da Alemanha, declararam guerra aos Estados Unidos.

Os Aliados tomam a ofensiva

A ofensiva aliada começou na Ásia, na Batalha de Midway, em junho de 1942. Os japoneses, decididos a controlar o Pacífico, atacaram a base norte-americana de Midway. O ataque foi desastroso para o Japão, que perdeu quase 4 mil homens e 332 aviões. A partir de 1943, a aviação e a marinha dos Estados Unidos retomaram aos poucos os territórios ocupados pelos japoneses: Ilhas Marshall, Marianas, Filipinas e outras ilhas da região do Oceano Pacífico.

Na União Soviética, depois da derrota em Moscou, a ofensiva nazista voltou-se para a conquista das cidades de Leningrado e Stalingrado. Em Leningrado, os alemães impuseram um cerco à cidade que durou até 1944. Em Stalingrado, os soldados travaram a mais sangrenta batalha da Segunda Guerra, que terminou, em 1943, com a rendição total do exército nazista e um saldo de 1,5 milhão de mortos.

A última fase da guerra

Depois do fracasso alemão em território soviético, o Exército Vermelho iniciou o avanço em direção a Berlim, capital do Reich, retomando no caminho os territórios ocupados pelos nazistas no leste da Europa.

Na outra frente da guerra, a ofensiva das tropas britânicas e norte-americanas começou com a expulsão de alemães e italianos do norte da África. Essa vitória facilitou a invasão da Itália em 1943 e a derrubada de Mussolini. Resgatado por paraquedistas alemães, Mussolini foi convencido a proclamar a República de Saló, no norte da Itália, apoiado por um grupo de fascistas.

Mais a oeste, no dia 6 de junho de 1944 (o chamado DIA D), cerca de 160 mil soldados, com o apoio de 6 mil navios e 5 mil aviões, desembarcaram na costa da Normandia, região

costeira da França, abrindo uma nova frente da guerra no oeste.

Os alemães estavam cercados. Além de enfrentar a resistência civil nos países ocupados, lutavam nas duas frentes: do leste vinham as tropas soviéticas; do oeste, as tropas das demais forças aliadas.



Soldados aliados preparam-se para o desembarque nas praias da Normandia, na França, em 6 de junho de 1944, mais conhecido como o Dia D. A abertura de uma nova frente de batalha na França, ocupada pelos nazistas, colaborou para a derrocada do exército alemão na Europa Ocidental.

O fim da guerra

Aos poucos, os Aliados libertaram a França, a Bélgica, a Holanda e ocuparam o lado oeste da Alemanha. Em abril de 1945, os exércitos soviéticos entraram nos subúrbios de Berlim. Os chefes alemães refugiaram-se em abrigos subterrâneos, enquanto os soldados travavam uma luta desesperada para defender o coração da capital nazista.

A luta alemã foi inútil. No final de abril, Hitler e sua companheira Eva Braun se suicidaram, exemplo seguido por outros líderes nazistas. Nesse mesmo mês, o grande aliado de Hitler, Mussolini, foi capturado e executado pelos partisanos, dando fim à República de Saló, na Itália.

Em 2 de maio, os soviéticos tomaram Berlim e hastearam a bandeira vermelha no alto da torre do Reichstag. Cinco dias depois, no dia 7 de maio, a Alemanha se rendeu incondicionalmente.

No Pacífico, a guerra continuou. A resistência japonesa e a intenção de exibir o poderio militar dos Estados Unidos levaram o governo norte-americano à terrível decisão. No dia 6 de agosto de 1945, a bomba atômica foi lançada sobre a cidade de Hiroshima, matando indiscriminadamente milhares de pessoas. No dia 9, foi a vez de Nagasaki. Diante de uma arma tão devastadora, o governo japonês capitulou. Com a rendição oficial do Japão, no dia 2 de setembro de 1945, terminava a Segunda Guerra Mundial.

O mundo depois da guerra

Ao terminar a guerra, a Europa estava em ruínas. Cidades como Stalingrado e Kiev, na União Soviética, Berlim, na Alemanha, e Varsóvia, na

Polônia, foram destruídas pelos bombardeios. Cerca de 60 milhões de pessoas morreram na guerra, 20 milhões só na União Soviética.

A guerra destruiu pontes, estradas de ferro, hospitais, escolas e monumentos de grande valor histórico, como o Mosteiro de Monte Cassino, na Itália, bombardeado pelos norte-americanos.

A força militar demonstrada pela União Soviética favoreceu, no pós-guerra, a expansão de sua influência no leste da Europa. Os Estados Unidos, por sua vez, assumiram a reconstrução da Europa Ocidental e ampliaram sua influência na região.

Sobre os escombros da velha Europa, nasceu um mundo dividido: de um lado, os países socialistas, subordinados à União Soviética; de outro, os países do bloco capitalista, liderados pelos Estados Unidos.

Viver sob tensão

Quando assistimos a cenas de conflitos contemporâneos como os da Faixa de Gaza, do Iraque, da Síria ou do Sudão, temos uma ideia do sofrimento que os bombardeios causam aos civis. Você imagina quais tipos de privações são impostos às populações civis em um período de guerra?

Além do medo de serem atingidos pelas bombas, os civis enfrentam corte no fornecimento de eletricidade, racionamento de água, comida e combustível, falta de remédios e de artigos de higiene e limpeza, entre muitas outras privações.

Outro efeito devastador das guerras é a formação de grupos de refugiados, pessoas que são obrigadas a deixar o país fugindo dos bombardeios ou porque o local em que viviam foi tomado por uma facção rival ou ocupado por um país estrangeiro.

No século XXI, em geral são os países pobres que sofrem com as guerras. Na Segunda Guerra Mundial, ao contrário, os habitantes das nações mais desenvolvidas é que conviviam diariamente com a destruição e a morte.

A disciplina imposta pela guerra

A Segunda Guerra Mundial durou quase seis anos. Algumas cidades passaram boa parte do período de guerra sob ocupação ou tiveram de conviver com a dura experiência dos bombardeios cotidianos.

Na guerra, a população urbana aprendeu a obedecer aos toques de recolher, que indicavam o horário em que ninguém mais podia sair às ruas, todas as luzes deviam ser apagadas e as janelas vedadas com panos escuros. Muitas simulações de ataque inimigo eram feitas para que todos soubessem como agir caso houvesse um ataque real. Devido ao cerco inimigo ou aos bombardeios, faltavam alimentos e combustíveis nas cidades.

Por mais que vejamos essas situações em filmes ou em livros, é muito difícil imaginar o que significa estar o tempo todo sob ameaça.

Caso você vivesse numa cidade controlada pelos nazifascistas e pertencesse a um dos grupos que eles consideravam “inimigos” ou “ameaçadores”, como judeus, comunistas, homossexuais, ciganos etc., teria de fugir ou esconder-se; caso contrário, poderia ser morto, preso ou confinado em uma parte isolada da cidade.



Homem preso e fichado na Alemanha, em 1942, por ser homossexual. Estima-se que cerca de 10 mil homossexuais tenham sido mortos pela perseguição nazista.

A vida nos guetos

Se nas áreas ocupadas pelos nazistas a vida da população local era controlada e privada de gêneros e serviços essenciais, para os grupos indesejados pelo regime nazista ela se tornou quase insuportável.

No início da Segunda Guerra Mundial, os judeus foram confinados em guetos nas cidades alemãs, em algumas cidades italianas e nas áreas ocupadas pelos nazistas. Os guetos eram áreas fechadas e fortemente policiadas, para onde todos os judeus eram forçados a se mudar.

Fome e doenças eram comuns dentro dos guetos, devido à escassez de alimentos e às restrições impostas à circulação e ao acesso. Apesar das condições precárias, os guetos mantinham vida cultural e intelectual ativa em seu interior, com a publicação de jornais e a realização de concertos. Era uma forma de resistir e manter a dignidade humana mesmo num cenário tão sombrio.

A partir de 1942, com a política de eliminação dos judeus, homossexuais, ciganos e outros grupos condenados pelo Reich, quase todos os guetos da Europa Central e Oriental foram destruídos, e seus moradores, enviados para os campos de concentração e de extermínio construídos no leste: Treblinka, Sobibor, Majdanek e Auschwitz.

Capítulo 4

Guerra Fria

As origens do conflito

A Segunda Guerra Mundial destruiu a ordem internacional existente até então. As antigas potências europeias caíram e, em seu lugar, o mundo observou a ascensão dos Estados Unidos e da União Soviética. Assim, quando a derrota alemã na Segunda Guerra já se tornava evidente em 1944, os projetos dessas duas grandes potências para o pós-guerra começavam a se afirmar.

Em 1945, os principais líderes aliados reunidos nas conferências de Ialta (fevereiro) e Potsdam (17 de julho-2 de agosto) definiram a partilha do mundo em áreas de influência dos Estados Unidos e da União Soviética. Eles também estabeleceram a divisão da Alemanha e de sua capital, Berlim, em quatro zonas internacionais: francesa, britânica, soviética e norte-americana.

A frágil aliança desenvolvida entre Estados Unidos e União Soviética durante a Segunda Guerra foi substituída pela disputa entre eles ao final do conflito, resultando na chamada Guerra Fria. Essa rivalidade recebeu esse nome porque a tensão entre essas superpotências nunca se concretizou em um enfrentamento direto entre elas.

A ofensiva dos Estados Unidos

Os Estados Unidos saíram da Segunda Guerra mais fortes: suas perdas humanas eram bem menores que as dos países europeus, sua economia cresceu, além de terem o monopólio das armas nucleares. Todo esse cenário favorável influenciou para que o país tivesse confiança em se voltar contra aquele que considerava seu verdadeiro inimigo: a União Soviética.

Em 1947, o então presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, se dirigiu ao Congresso do país e fez um pronunciamento comprometendo-se a prestar assistência a qualquer país que precisasse conter o avanço do comunismo no território. Esse discurso lançou as bases da Doutrina Truman, uma ofensiva contra a expansão comunista no mundo. Nesse mesmo ano, o governo estadunidense pôs em prática o Programa de Recuperação Europeia, conhecido como Plano Marshall. Por meio dele, os Estados Unidos concediam empréstimos a juros baixos aos governos europeus ocidentais para auxiliá-los a reconstruir suas economias, seriamente devastadas pela guerra.

A última etapa da ofensiva norte-americana no início da Guerra Fria se deu em 1949, com a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), reunindo os países da Europa Ocidental, os Estados Unidos e o Canadá em uma aliança militar permanente. O objetivo da organização era

assegurar a defesa de seus membros contra a ameaça do avanço soviético.

A contraofensiva soviética

A União Soviética havia cumprido um papel decisivo na derrota nazista na Europa e chegou ao final do conflito devastada pelos combates travados contra os alemães na frente oriental. Em um primeiro momento, portanto, ela precisou dedicar prioridade absoluta à sua reconstrução.

Temendo que a aceitação dos recursos do Plano Marshall ameaçasse seus interesses na Europa Oriental, a União Soviética pressionou as democracias populares da região a recusarem a ajuda. Assim, como uma resposta ao avanço norte-americano, foi criado, em setembro de 1947, o Comitê de Informação dos Partidos Comunistas e Operários (Cominform), com a finalidade de coordenar e controlar ideologicamente as ações dos Partidos Comunistas da Europa Oriental.

Por meio do Cominform, os soviéticos finalmente ocupavam o seu posto, na ponta oposta à dos Estados Unidos, no mundo bipolarizado da Guerra Fria.

O bloqueio de Berlim

Em junho de 1948, Estados Unidos, Grã-Bretanha e França anunciaram o desejo de reforçar a integração alemã à Europa Ocidental e unificaram as três zonas de ocupação em uma zona econômica única. O mesmo aconteceu com os três setores de Berlim, originando Berlim Ocidental.

A União Soviética, temendo a ameaça de uma Berlim capitalista e unificada na zona de ocupação soviética, decretou o bloqueio de Berlim Ocidental. Porém, sem obter sucesso nessa ação, em maio de 1949 decidiu suspendê-lo.

Em setembro desse mesmo ano foi criada a República Federal da Alemanha (RFA), reunindo as zonas de ocupação norte-americana, britânica e francesa e com capital em Bonn. No mês seguinte, era fundada a República Democrática Alemã (RDA), no lado soviético e com capital em Berlim Oriental.

O endurecimento no Bloco Socialista

A rivalidade entre Estados Unidos e União Soviética se intensificou após a divisão formal da Alemanha. Em janeiro de 1949, a União Soviética criou o Conselho de Assistência Econômica Mútua (Comecon) como uma resposta ao Plano Marshall. O Conselho tinha por objetivo integrar as economias do bloco socialista, criando bases para um mercado comum entre as economias planificadas da Europa.

Em agosto desse mesmo ano, Stalin anunciava que os soviéticos também possuíam a arma nuclear. Em 1955, como resposta à criação da Otan, em 1949, a União Soviética e os países da Europa

Oriental formaram o Pacto de Varsóvia, a aliança militar do bloco soviético.

O período que se seguiu à divisão da Alemanha em dois Estados foi marcado pela stalinização da Europa Oriental. O projeto era reproduzir nesses países o modelo soviético de economia centralizada e partido único, além da sua organização militar e policial.

O Muro de Berlim

Na década de 1950, Berlim Ocidental passava por um processo de crescimento econômico, possibilitado pelos recursos recebidos por meio do Plano Marshall. A parte oriental da cidade, no entanto, não recebia a mesma ajuda financeira da União Soviética, absorvida, no período, pelos custos de reconstrução do país. Dessa forma, muitos habitantes da parte leste de Berlim emigravam para a parte ocidental da cidade.

Em agosto de 1961, visando conter esse afluxo de pessoas que deixavam Berlim Oriental, o governo da Alemanha Oriental construiu o Muro de Berlim, separando fisicamente as duas partes da cidade. Chamado por muitos de "muro da vergonha", ele foi um símbolo da divisão do mundo em dois blocos: capitalista e socialista.



Construção do Muro de Berlim por oficiais da Polícia do Povo, órgão da República Democrática Alemã. Berlim Oriental, 13 de agosto de 1961. O muro tinha 155 quilômetros de extensão, 302 torres de observação e 127 quilômetros de redes eletrificadas com alarmes.

Mai de 1968: contestação no interior do Bloco Capitalista

O mais célebre movimento de contestação ao capitalismo ocorrido no interior do bloco ocidental foi o Maio de 68, na França. O movimento começou no dia 2 de maio motivado pelo fechamento da Universidade de Nanterre, nos arredores de Paris, depois de os estudantes ocuparem a universidade em protesto contra a burocracia da instituição.

Logo o movimento recebeu a adesão de outros estudantes e tomou as ruas de Paris, criticando o conservadorismo dos costumes e denunciando tanto o autoritarismo soviético quanto o imperialismo norte-americano.

Ao mesmo tempo, os operários entraram em greve por melhores salários, jornada de trabalho de 40 horas semanais e outros direitos trabalhistas. O

movimento terminou em junho, quando o governo conservador que venceu as eleições na França dissolveu os grupos de esquerda, proibiu as manifestações e coagiu os operários a retornarem ao trabalho.

1956: revolução no Bloco Soviético

Manifestações pela liberdade também ameaçavam a ordem soviética. No dia 23 de outubro de 1956, uma mobilização de estudantes no centro de Budapeste iniciava a Revolução Húngara.

O movimento começou com manifestações silenciosas de apoio às lutas por democracia que ocorriam na Polônia e logo se transformou em uma grande insurreição popular que reuniu estudantes, operários e intelectuais.

Em poucos dias, greves se espalham pelo país, conselhos operários tomam o poder nas fábricas, populares assaltam os depósitos de armamentos e atacam a odiada polícia secreta húngara.

Após três dias de guerra civil, o governo comunista aliado a Moscou é deposto e assume Imre Nagy. Ele põe fim à ditadura de partido único e declara sua intenção de construir uma via nacional para o socialismo húngaro. As tropas soviéticas deixam a Hungria.

No dia 1o de novembro, o novo governo anunciou a retirada da Hungria do Pacto de Varsóvia e sua neutralidade na Guerra Fria.

A decisão ameaçava a hegemonia soviética na Europa Oriental. Por isso, a resposta de Moscou foi rápida e implacável. No dia 4, tropas soviéticas ocuparam novamente o país e a repressão foi brutal: 20 mil húngaros mortos, 200 mil exilados, 22 mil presos e mais de 300 condenados à morte e executados, incluindo o líder, Imre Nagy.



Tanques soviéticos ocupam o centro de Budapeste durante a repressão à Revolução Húngara de 1956.

A luta das mulheres e dos negros

As mobilizações que marcaram a Guerra Fria também se voltaram, em alguns países, contra a opressão sofrida pelas mulheres no cotidiano e na família. Após a Segunda Guerra, elas conquistaram

o direito ao voto na maior parte dos países ocidentais e passaram a representar uma parcela cada vez mais expressiva da força de trabalho urbana. Porém, mesmo conquistando direitos e espaço na vida pública, continuavam responsáveis pela criação dos filhos e pelos cuidados com a casa.

Por essa razão, a década de 1960 marcou uma nova fase na luta das mulheres, muito mais rompedora. Era o movimento feminista, que teve como centro os Estados Unidos. Não se tratava apenas do direito à educação e à atividade política, mas de estabelecer uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, de garantir a autonomia da mulher sobre seu corpo e sua sexualidade. Não por acaso foi nessa década que foi lançada, nos Estados Unidos, a primeira pílula anticoncepcional, que se tornou um símbolo da emancipação das mulheres.

Nos Estados Unidos, enquanto as mulheres lutavam por liberdade e igualdade de direitos, os negros protestavam contra a brutalidade policial, a segregação e pela conquista dos direitos civis. Os discursos sobre a igualdade feitos pelo pastor e líder do movimento negro, Martin Luther King, atraíam multidões. O mais célebre desse discurso, *Eu tenho um sonho*, de 1963, resume o quadro de discriminação imposto aos negros no país.

Capítulo 5

As independências na África e na Ásia

Os processos de descolonização

Quando falamos em independência, normalmente vem à mente a independência do Brasil, dos Estados Unidos ou dos demais países da América Latina.

Nos séculos XVIII e XIX, uma sequência de eventos foi determinante na luta das colônias contra a dominação europeia. Como resultado, quase toda a América se tornou independente, encerrando uma história de séculos de dominação colonial no continente americano.

No século XX, a luta contra a colonização europeia ocorreu nos continentes africano e asiático. Como havia ocorrido na América, na África e na Ásia a combinação de mudanças internas e externas criou as condições para que, em mais ou menos vinte anos, as colônias conquistassem sua independência.

A Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1945 para intermediar as relações entre os países e promover soluções diplomáticas para os conflitos, também defendia a igualdade entre os países.

A Carta das Nações Unidas, assinada por todos os países-membros da entidade, determinava que as metrópoles europeias consultassem os habitantes dos territórios dominados para encontrar a melhor forma de lhes conceder autonomia política, econômica e social.

Mas, mesmo com a recomendação da ONU, muitas metrópoles se recusavam a emancipar seus territórios coloniais. A resistência europeia serviu para intensificar a luta anticolonial.

Muitos movimentos de independência contaram com o apoio dos Estados Unidos ou da União Soviética, as duas superpotências da era bipolar, que tinham interesse em ampliar suas zonas de influência na África e na Ásia.

Durante as décadas de 1950 e 1970, a maioria das colônias africanas conquistou sua independência.

Vários fatores levaram a essa ruptura. Independentemente dos diferentes motivos e processos, a colonização europeia, de base ideológica racista, chegou ao fim no continente africano.

Fatores que impulsionaram a luta anticolonial

Desde o início da colonização do continente africano, o europeu se colocou como sendo superior.

Mesmo variando as formas de domínio colonial (administração direta, exercida por autoridades

metropolitanas, ou administração indireta, exercida por aliados locais), a ideia da superioridade do europeu foi a marca dos diferentes processos de colonização.

Os massacres de populações nativas, a cobrança de impostos, a expulsão dos camponeses das melhores terras e o trabalho forçado foram algumas práticas adotadas pelos europeus nas colônias com base no critério racial ou étnico.

No entanto, a experiência dos africanos durante a Primeira Guerra Mundial colocou em xeque a ideologia da superioridade branca.

Durante o conflito, a morte atingiu europeus e soldados dos exércitos coloniais. Além disso, os negros foram, muitas vezes, utilizados para vigiar e punir os soldados inimigos capturados nas batalhas realizadas em território africano.

A guerra permitiu, também, que os milhares de africanos recrutados para as fileiras de guerra pudessem comparar suas condições de vida com as dos europeus.

Ao fim da guerra, a esperança de ver seus esforços recompensados foi frustrada quando a metrópole não os reconheceu nem simbolicamente, nas homenagens feitas aos combatentes, nem materialmente, por meio de programas de compensação financeira.

A Segunda Guerra Mundial e a crise do colonialismo

A eclosão da Segunda Guerra Mundial ajudou a fortalecer a ideia de vulnerabilidade das potências europeias. O recrutamento de europeus que exerciam atividades nas colônias para lutar na guerra obrigou as metrópoles a ampliar o emprego de africanos em seus quadros administrativos. A medida levou as metrópoles a flexibilizar a rigidez da administração colonial e, em alguns casos, a buscar estreitar seus laços com as elites nativas africanas.

O fim da Segunda Guerra e o início da Guerra Fria trouxeram também a ideia de que a era colonial chegava ao fim.

As disputas ideológicas entre capitalismo e socialismo e os interesses da União Soviética e dos Estados Unidos em ampliar seus respectivos blocos de países aliados criaram um contexto internacional favorável aos movimentos de independência.

Tão importante quanto o fator externo, porém, foram as condições internas nas colônias, em particular a constituição de uma elite intelectual nativa que forneceu aos povos africanos as bases ideológicas dos movimentos pela independência: o pan-africanismo, o panarabismo, a negritude e o renascimento islâmico.

O pan-africanismo: uma conquista ideológica

Movimentos de resistência contra o colonizador ocorreram praticamente durante todo o período de dominação europeia na África. Exemplos dessa resistência anticolonial foram as lutas dos herero, dos ashanti e dos maji-maji, ocorridas entre o final do século XIX e o início do XX.

Além de serem lutas isoladas, faltavam também uma direção e um projeto político que aglutinasse a luta anticolonial. O movimento do pan-africanismo foi o primeiro a assumir esse papel.

Criado no início do século XX por intelectuais negros das Antilhas e dos Estados Unidos, o movimento pregava a solidariedade dos negros oprimidos pela segregação racial nessas regiões.

Apesar de expressar a consciência de uma identidade comum unindo os povos negros da América e da África, o movimento não representou de início uma força política no continente africano.

Foi apenas a partir do Congresso Pan-Africano de Manchester, realizado em 1945, na Grã-Bretanha, que o pan-africanismo deixou de ser um movimento de intelectuais negros americanos para se transformar em um instrumento de luta pela independência dos povos africanos, principalmente da África Ocidental Britânica.

O Congresso de Manchester, o V do movimento, representou um marco na história do pan-africanismo, ocasião em que passou das discussões intelectuais para a ação política objetiva.

Não por acaso a maior parte dos participantes era formada de estudantes africanos e sindicalistas, e não de intelectuais afro-americanos.

As deliberações do Congresso, comprometidas com ação positiva, destacaram a importância da organização popular para a vitória na luta anticolonial.



Delegados reunidos no V Congresso Pan-Africano, realizado em Manchester, na Grã-Bretanha, em 1945.

O movimento da negritude

A maior expressão do pan-africanismo na África colonial francesa foi o movimento denominado de negritude. O conceito nasceu no interior de uma corrente literária dirigida pelos estudantes negros

Léopold Senghor, do Senegal, Aimé Césaire, da Martinica, e Léon Damas, da Guiana Francesa. Em Paris, onde estudavam, esses jovens francófonos descobriram uma identidade negra africana reprimida pelo racismo e pela dominação colonial.

Movidos por essa nova consciência, esses jovens intelectuais fundaram, em 1934, em Paris, o jornal *L'etudiant noir* (O estudante negro), para ser o porta-voz da cultura e da identidade negra, sufocada pela cultura do colonizador francês.

Foi em uma das publicações do jornal, em 1935, que o termo *negritude*, cunhado por Césaire, apareceu pela primeira vez. O termo, ao mesmo tempo em que afirmava o orgulho negro e negava a cultura europeia, também se voltava contra a dominação capitalista, dialogando, politicamente, com as ideias socialistas e os movimentos revolucionários do período.

Originalmente exprimindo o sentimento de resistência ao colonialismo francês, o termo, com o tempo, foi apropriado pelos movimentos de independência na África e pela luta dos povos negros contra o racismo, dentro e fora da África.

Posteriormente, intelectuais como o tunisiano Albert Memmi, o guianês René Maran, o martinicano Frantz Fanon e o franco-argelino Albert Camus colaboraram com o movimento.

A valorização da cultura e da identidade negra impulsionou as lutas pela independência na África ao fornecer aos povos africanos colonizados um projeto político e a confiança em sua capacidade de autodeterminação.



A valorização das raízes culturais africanas, defendida e disseminada pelo movimento da *negritude*, impulsionou a luta anticolonial na África subsaariana. Na foto, homens e mulheres wakamba dançam, ao som dos tambores, um ritmo tradicional do seu povo. Quênia, 1950.

Os processos de independência na África

Em 2010, comemorações em vários países africanos lembraram os 50 anos da África Livre. Debates, artigos, palestras, seminários, exposições e outros eventos marcaram as celebrações em homenagem ao histórico ano de 1960, conhecido como o Ano da África.

Somente naquele ano, 17 países se tornaram independentes, a maior parte deles situada na região conhecida como África Ocidental Francesa. Mais que comemorar o Ano da África, os eventos

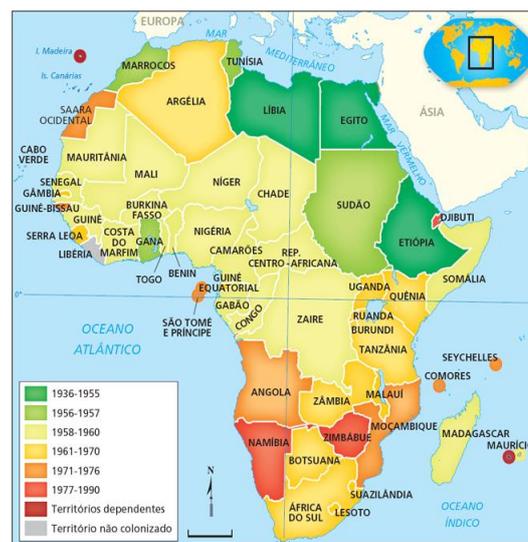
lembraram que o quadro de pobreza, governos ditatoriais e guerras civis que caracterizam grande parte dos países africanos atuais mostra que o ano de 1960 iniciou um futuro que ainda não se cumpriu no continente.

As lutas dos povos colonizados, a fragilidade das metrópoles europeias, exauridas pelos custos da Segunda Guerra, e a independência das colônias asiáticas aceleraram os processos de independência na África. Ao terminar a década de 1960, o colonialismo europeu no continente reduzia-se a algumas pequenas possessões francesas e às colônias portuguesas, as últimas a conquistar a independência.

A África Ocidental Francesa

As pressões dos povos colonizados pela independência levaram o governo francês do general Charles de Gaulle a permitir, em 1945, a participação de delegados dos territórios além-mar na Assembleia Nacional Constituinte, encarregada de elaborar uma nova Constituição para o Estado francês. Com uma expressiva bancada de comunistas e socialistas, fortalecida pela delegação colonial, a Constituição criou a União Francesa, que substituiu o Império Colonial Francês. A mudança, no entanto, foi principalmente formal, pois a política colonial continuou sendo ditada pelas autoridades francesas.

Em 1958, um referendo popular propôs a criação da Comunidade Francesa, que concedia maior autonomia às colônias, mas mantinha em mãos francesas o controle da economia e a defesa dos territórios. Porém, os planos do governo francês de evitar a ruptura definitiva fracassaram. Primeiramente a Guiné e depois as demais colônias da África Ocidental Francesa declararam a sua independência.



A Etiópia foi ocupada pela Itália entre 1936 e 1941, único período de sua história em que esteve sob domínio estrangeiro direto.

A guerra da Argélia

Enquanto a maioria das colônias da África Ocidental Francesa tornou-se independente em 1960, sem a necessidade de luta armada, a Argélia, colônia francesa no norte da África, viveu oito anos de um sangrento conflito, que deixou mais de um milhão de mortos.

Para a França, a Argélia representava uma extensão do seu território. Além de grande produtora de petróleo, sua colônia na África árabe era responsável por cerca de 60% da produção agrícola francesa. Aproximadamente 10% da população argelina era constituída de franceses, e os outros 90% eram nativos muçulmanos, tratados como inferiores.

Em 1º de novembro de 1954, uma série de atentados realizados em vários pontos do território argelino marcou o início da luta armada da Frente de Libertação Nacional da Argélia, a FLN, um partido de orientação socialista. A adesão ao movimento começou pelas áreas rurais e aos poucos espalhou-se pelas cidades.

Graças à pressão exercida pela opinião pública internacional, a repressão francesa à luta pela independência da Argélia começou a ceder. Em março de 1962, acordos assinados na cidade de Évian-les-Bains, na França, determinaram o cessar-fogo entre as partes. Em plebiscito realizado em julho do mesmo ano, a maioria da população argelina optou pela independência.

Colônias Britânicas

A Nigéria, vizinha da África Ocidental Francesa, foi colonizada pela Grã-Bretanha e conquistou sua independência de forma negociada, na onda das independências declaradas na região em 1960.

O Quênia, que corresponde à região conhecida como África Oriental Britânica, viveu entre 1952 e 1960 uma grande revolta do povo kikuyu, conhecida como Revolta dos Mau-Mau.

A colonização britânica nessa área caracterizou-se pela expropriação dos camponeses e pela formação de uma elite branca de grandes fazendeiros. A rebelião explodiu após a Segunda Guerra Mundial, quando uma nova leva de imigrantes ingleses afluiu para o território, intensificando os conflitos pela terra e piorando as condições de vida dos camponeses.

A repressão movida pelas autoridades britânicas contra a revolta causou milhares de mortes, além da prisão de Jomo Kenyatta, um dos líderes do movimento pan-africano e fundador da União Africana do Quênia (KAU), que defendia a via pacífica para a independência. Pressionada pelos principais grupos nacionalistas do Quênia, a Coroa britânica libertou Kenyatta. Sob sua direção, o Quênia declarou a independência, em 1962, de

forma pacífica e com um programa de conciliação nacional.

Por que as colônias portuguesas na África foram as últimas a conquistar a independência?

Uma história em comum

Que laços históricos e culturais unem o Brasil à África? O que nos aproxima de povos que vivem do outro lado do Atlântico e às margens do Índico?

Durante centenas de anos, o Brasil e alguns territórios do oeste e do leste da África fizeram parte do Império Colonial Português, construído após as grandes viagens marítimas dos séculos XV e XVI.

O Brasil foi a principal colônia portuguesa até a independência. Depois disso, as atenções portuguesas voltaram-se para suas possessões na África.

Mais do que entrepostos comerciais e fontes de escravos, os territórios portugueses na África passaram a ser vistos como os novos fornecedores de riquezas, substituindo a colônia americana perdida em 1822.

Em 1930, quando o movimento do pan-africanismo começava a se esboçar nas colônias africanas, em Portugal o governo ditatorial de António Oliveira Salazar promulgou uma lei conhecida como Ato Colonial, que centralizava e uniformizava a administração das colônias portuguesas na África: São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique.

O Ato Colonial criou nas colônias uma hierarquia entre portugueses e nativos, ao mesmo tempo que autorizou o confisco de terras da população negra.

As independências das colônias portuguesas

Nos domínios portugueses, da mesma forma como ocorreu nas colônias francesas e britânicas, o surgimento de uma elite de jovens intelectuais foi essencial para a criação de um projeto político para a independência.

Atuantes nos círculos literários e políticos europeus, nomes como os do angolano Agostinho Neto, do moçambicano Marcelino dos Santos e do cabo-verdiano Amílcar Cabral combinaram, em sua luta política, as ideias da revolução socialista e da negritude com uma produção literária de resistência ao colonizador.

A partir de 1950, as mobilizações pela independência cresceram em praticamente toda a África colonial. Os Estados Unidos, preocupados

com a crescente influência das ideias socialistas nos movimentos de emancipação, passaram a pressionar o governo português para libertar as suas colônias.

O governo salazarista, porém, adotou uma política oposta: intensificou a repressão nas colônias e ampliou os gastos militares para combater as ações pela independência.

Além disso, procurando criar um sentimento de unidade territorial nas colônias, promoveu uma reforma constitucional, em 1951, em que os termos "colônia" e "Império Colonial" foram substituídos por "territórios ultramarinos".

A mudança, no entanto, não apaziguou os ânimos nas colônias, e as lutas pela autonomia continuaram.

Em 1973, após mais de dez anos de guerrilha e a tomada de dois terços do território pelos rebeldes, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde proclamou a independência da Guiné Portuguesa, que passou a se chamar Guiné-Bissau.

Em abril de 1974, um levante de jovens oficiais derrubou a ditadura em Portugal. A Revolução dos Cravos, como o movimento ficou conhecido, restabeleceu a democracia no país.

Em agosto, o novo governo português reconheceu a independência da Guiné e, em dezembro, nomeou um governo de transição para a independência de Cabo Verde.



O cabo-verdiano Amílcar Cabral, um dos principais líderes do movimento de independência da Guiné Portuguesa e Cabo Verde, em foto da década de 1950

As independências de Angola e Moçambique

Em Angola e Moçambique, os acontecimentos que marcaram o processo de independência foram mais complexos e violentos.

Em Angola, a luta pela independência foi travada por três grupos rivais: o Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), com um programa comunista, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional pela Independência Total de Angola (Unita), ambos anticomunistas. Em 1975, o MPLA proclamou a

independência e instituiu a República Popular de Angola, sob um regime socialista.

As divergências étnicas e políticas entre o MPLA e a Unita levaram a uma guerra civil que se estendeu até 2002 e matou mais de 500 mil pessoas. No contexto da Guerra Fria, a Unita recebeu o apoio dos Estados Unidos e da África do Sul, enquanto o MPLA foi ajudado pela União Soviética, China e Cuba.

Em Moçambique não foi muito diferente. Várias associações, jornais e partidos foram criados na tentativa de promover a independência.

Em 1962, foi fundada a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), de tendência comunista. Em 1975, a Frelimo proclamou a independência de Moçambique e implantou no país um regime socialista inspirado na China e nos países do Leste Europeu. Entretanto, logo a Frelimo entrou em conflito com a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), grupo anticomunista apoiado pela Rodésia do Sul, África do Sul e Estados Unidos.

Organizando-se militarmente, Frelimo e Renamo travaram uma guerra civil que se estendeu até 1992, quando finalmente foi assinado um acordo de paz.



Detalhe de mural em homenagem aos combatentes da Frelimo que lutaram na guerra de independência de Moçambique e na guerra civil. Praça dos Heróis Moçambicanos, em Maputo, capital de Moçambique, em foto de 2014.

As novas fronteiras do Continente Africano

Como as fronteiras de um país são determinadas? O que leva determinado grupo de pessoas a se sentir parte de uma mesma nação? Seria o fato de todas elas falarem a mesma língua, ou compartilharem valores, costumes e uma tradição comum?

Ou as fronteiras devem ser determinadas por fatores geográficos, como rios ou cadeias de montanhas? No caso do continente africano, nenhum desses fatores foi determinante.

A dominação colonial europeia deixou marcas profundas na África. Alterações econômicas, sociais e culturais, somadas às fronteiras políticas estabelecidas pelos colonizadores, tiveram como

resultado uma África muito diferente da que existia no período pré-colonial.

Durante o V Congresso Pan-Africano, realizado em 1945, o ganês Kwame Nkrumah proferiu o grito de guerra "A África para os africanos!". O congresso estabeleceu a conquista das independências como meta suprema dos povos africanos, conclamou os negros de todo o mundo a se unirem contra o colonialismo e condenou todas as formas de discriminação.

Nos congressos realizados nas cidades ganenses de Kumasi, em 1953, e de Acra, em 1958, a discussão política centrou-se na definição das fronteiras após a independência.

Os minimalistas defendiam a manutenção das fronteiras coloniais, incentivando a construção de Estados nacionais com base nas fronteiras já estabelecidas. Já os maximalistas defendiam a construção de uma unidade econômica, política e militar no continente.

A nova diáspora Africana

O termo diáspora, de origem grega, significa dispersão e é utilizado para nomear o deslocamento, normalmente forçado, de grandes contingentes populacionais em várias regiões do planeta.

No caso dos povos africanos, a expressão diáspora negra ou diáspora africanapassou a ser utilizada, no final do século XX, para se referir à saída forçada de homens e mulheres, durante quase quatro séculos, em sua maioria levados para trabalhar como escravos no continente americano.

Atualmente, o termo também é utilizado para se referir ao movimento migratório de africanos em direção à Europa e à América, onde esperam encontrar melhores condições de vida. Na maioria dos casos, os antigos vínculos coloniais determinam a escolha do destino final dessas pessoas.

Dessa forma, é grande o fluxo de marroquinos, argelinos e senegaleses para a França; de nigerianos e quenianos para a Grã-Bretanha; e de angolanos, moçambicanos e cabo-verdianos para Portugal.

Nos últimos anos, o Brasil também se converteu em um importante destino dessas migrações. A familiaridade com o idioma leva o nosso país a atrair imigrantes da África de língua portuguesa, como Angola, Moçambique e Cabo Verde.

Dessa forma, o Brasil tem reforçado seus vínculos com países que representam uma base importante do nosso patrimônio cultural.

A legislação do Apartheid

Colonizada por holandeses desde o século XVII, a porção sul da África teve uma história diferente do restante do continente. No início do XX, após duas

guerras contra os holandeses (Guerras dos Bôeres), os britânicos conquistaram as terras da região e fundaram a União Sul-Africana, que passou a fazer parte da *Commonwealth* em 1910.

A instituição do *apartheid* como um sistema legal na África do Sul aconteceu a partir de 1948, com a vitória nas eleições do Partido Nacional. Ao assumir o cargo de primeiro-ministro, Daniel Malan convidou o sociólogo Hendrik F. Verwoerd para o Ministério de Assuntos Nativos. Grande defensor do *apartheid*, Verwoerd criou, entre 1949 e 1953, o aparato legal da segregação.

A legislação estabeleceu acessos diferenciados para negros nas escolas, praias, clubes, ônibus, universidades e outros espaços de convivência; classificou os sul-africanos em brancos, mestiços, indianos e negros; proibiu os casamentos inter-raciais; e segregou as etnias nativas em reservas separadas, chamadas bantustões, onde as crianças e os jovens negros recebiam uma educação diferenciada da dos brancos.



Com o gesto tradicional do movimento negro, Nelson Mandela saúda os milhares de sul-africanos reunidos no estádio de Soweto para celebrar a sua libertação. África do Sul, fevereiro de 1990.

A resistência e o fim do Apartheid

As primeiras manifestações contra as leis segregacionistas foram organizadas pelo Congresso Nacional Africano (CNA), partido político fundado em 1913 por ativistas negros e indianos.

A partir de sua criação, o CNA passou a organizar vários atos de desobediência civil, como greves e manifestações. Na província de KwaZulu-Natal, por exemplo, os atos de resistência pacífica contaram com a liderança do jovem advogado indiano Mahatma Gandhi.

No final da década de 1950, setores descontentes com a política do CNA fundaram o Congresso Pan-Africano (CPA). O novo partido defendia ações mais ostensivas contra o *apartheid*, além de propor uma África para os africanos, ao contrário do programa multirracial do CNA.

Para o CPA, a democracia multiétnica defendida pelo partido rival representava, na prática, a continuidade da supremacia branca na África do Sul.

Orientados pelo CPA, os negros passaram a ocupar os lugares reservados aos brancos e a circular em áreas proibidas para eles. Em março de 1960, uma manifestação pacífica convocada pelo CPA contra a lei que obrigava os negros a portar um passe para circular nas ruas foi brutalmente reprimida pela polícia.

O Massacre de Sharpeville, como ficou conhecido, resultou na morte de 69 manifestantes e na prisão das principais lideranças dos dois partidos.

Depois da tragédia de Sharpeville, o jovem advogado Nelson Mandela, um dos líderes do CNA e até então contrário à luta armada, convenceu-se de que era necessário radicalizar a resistência para derrotar o regime.

Identificado em um protesto em 1962, Mandela foi detido, julgado e condenado à prisão. Novamente julgado dois anos depois, foi condenado à prisão perpétua.

A prisão de Mandela repercutiu no mundo todo. Por pressões da comunidade internacional, a África do Sul foi banida dos Jogos Olímpicos de 1972, que também impôs o boicote aos seus produtos militares.

Em 1989, Frederik de Klerk venceu as eleições presidenciais com a promessa de formar um governo de conciliação. Em 1990, após forte pressão internacional, Mandela foi libertado. Em 1992, um plebiscito determinou o fim do *apartheid* e, no ano seguinte, Mandela foi eleito presidente da África do Sul.

Capítulo 6

Era Vargas

A Revolução de 1930 e o Governo Provisório

Você estudou que, durante a Primeira República, houve uma preponderância das oligarquias de São Paulo e de Minas Gerais (e em menor grau da oligarquia gaúcha) na presidência da república, num arranjo político que ficou conhecido como “política do café com leite”.

Na década de 1920, contudo, o descontentamento das demais oligarquias estaduais com seu papel secundário na política nacional passou a ameaçar de fato a liderança paulista e mineira.

As intensas disputas à sucessão presidencial de 1922, por exemplo, mostraram que setores descontentes das elites, como do Rio de Janeiro e Bahia, estavam dispostos a conquistar um papel protagonista no jogo federativo do poder.

À crise política somou-se o colapso econômico desencadeado pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929. Fortemente abalados pela crise, os Estados Unidos reduziram as importações de café do Brasil, provocando a queda dos preços internacionais do produto.

A grande quantidade de café disponível no mercado e a queda no consumo aumentaram o impacto da crise no setor cafeeiro, o que gerou desentendimentos entre os produtores e o governo federal. Esses sinais demonstravam que a política do café com leite se aproximava do final.

O pretexto para a tomada do poder

A crise que ameaçou romper o pacto oligárquico nas eleições de 1922 reapareceu nas eleições de 1930. A cisão ocorreu quando o presidente Washington Luís, que representava São Paulo, resolveu lançar a candidatura do paulista Júlio Prestes, momento em que caberia a Minas Gerais indicar seu sucessor.

Descontentes com a atitude de Washington Luís, mineiros e gaúchos se aproximaram, reuniram oposições de outros estados à política federal e formaram a Aliança Liberal, que lançou as candidaturas de Getúlio Vargas, presidente do Rio Grande do Sul, e de João Pessoa, presidente da Paraíba, respectivamente aos cargos de presidente e vice-presidente do Brasil.

O programa da Aliança Liberal defendia o incentivo ao conjunto da produção agrícola nacional e não apenas ao café. Além disso, apresentava leis de proteção aos trabalhadores e de incentivo à indústria e insistia na necessidade de uma reforma política, com a instituição do voto secreto, já que as fraudes nas eleições eram comuns na Primeira República.

O candidato do governo, Júlio Prestes, venceu as eleições. Porém, um acontecimento imprevisto mudou o quadro político.

A Revolta de Princesa na Paraíba

Como presidente da Paraíba, João Pessoa instituiu uma série de medidas para reestruturar a administração e as finanças do estado, desagradando muitos chefes políticos do interior.

Além disso, na preparação da chapa paraibana para as eleições da Câmara Federal e do Senado, João Pessoa impugnou a candidatura de João Suassuna, ligado às famílias poderosas dos Pereira de Lima e dos Dantas.

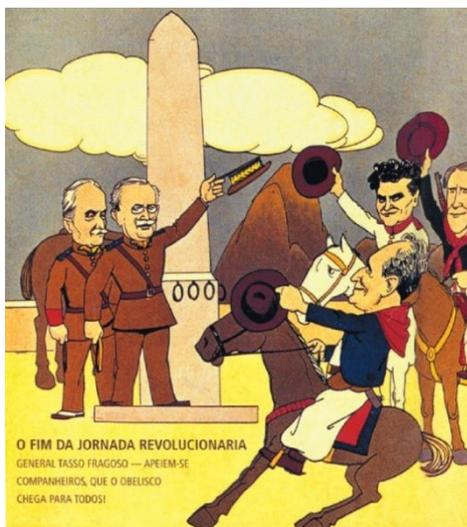
Insatisfeito, no dia 24 de fevereiro de 1930, o coronel José Pereira de Lima, que dominava o município de Princesa, deixou o Partido Republicano da Paraíba e ingressou no partido da oposição, que defendia a candidatura de Júlio Prestes para a presidência da república.

Como represália, João Pessoa ordenou a retirada dos funcionários estaduais de Princesa e destituiu o prefeito e o vice-prefeito da cidade.

José Pereira, porém, já vinha se organizando com a ajuda de famílias poderosas do estado vizinho, Pernambuco, e, em junho, decretou Princesa um território independente da Paraíba.

No mês seguinte, João Pessoa foi assassinado por Duarte Dantas. Diante do acontecimento, o governo federal interveio na região e os revoltosos se renderam, dando fim ao levante.

A Revolução de 1930



Charge de Storni publicada na Revista Careta, novembro de 1930. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. A charge satiriza o gesto de alguns comandantes de Vargas de amarrar seus cavalos no obelisco da Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, para mostrar que permaneceriam no poder.

Mesmo sem relação com a política nacional, o assassinato de João Pessoa serviu de estopim para o início de uma ação armada contra o então presidente Washington Luís. Apoiada pelos tenentes, a revolta era comandada por Getúlio Vargas.

O movimento teve início em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, em outubro de 1930. Rapidamente ganhou adeptos também nos estados do Nordeste, tornando insustentável a situação de Washington Luís. O presidente foi obrigado a renunciar por causa da forte pressão, e um grupo de militares ocupou provisoriamente a direção do governo.

Em 3 de novembro de 1930, apoiado por setores populares e pela maioria dos líderes do movimento, Getúlio Vargas assumiu o poder. Esse acontecimento pôs fim à chamada República Oligárquica e ficou tradicionalmente conhecido como Revolução de 1930.

O Governo Provisório e a revolta dos paulistas

O Governo Provisório, instituído após o movimento de 1930, era composto por representantes das elites estaduais vitoriosas e por militares que apoiaram a queda de Washington Luís, em particular as lideranças do tenentismo.

Getúlio Vargas procurou governar mantendo certo equilíbrio entre esses dois setores. Um dos instrumentos utilizados para isso foi a nomeação de interventores nos estados, vários deles militares. O interventor de cada estado, por sua vez, nomeava os prefeitos dos municípios.

A política federal de intervenção despertou resistência, principalmente em São Paulo. A elite paulista, colocada à margem do poder central, lutava por novas eleições para a presidência da república, pela autonomia estadual e contra o interventor nomeado por Vargas para São Paulo, que não era paulista.

A mais importante exigência do movimento era a elaboração de uma nova Constituição para o país.

Em 9 de julho de 1932, começou em São Paulo uma reação militar contra o governo federal, que ficou conhecida como Revolução Constitucionalista de 1932. Apesar da enorme superioridade militar do governo federal, apenas em outubro, após três meses de guerra, a Força Pública Paulista assinou a rendição.

Na visão das lideranças paulistas, a derrota militar, no ano seguinte, se transformou em vitória política com a convocação de eleições para a Assembleia Nacional Constituinte e a nomeação do paulista Armando de Salles Oliveira como interventor do estado de São Paulo.

Legião Negra

Você sabia que os negros de São Paulo organizaram um batalhão específico para combater ao lado das forças paulistas? Ele nasceu no interior da Frente Negra Brasileira (FNB), entidade fundada em 1931, em São Paulo, com o objetivo central de promover a “elevação moral, intelectual e profissional da população negra”. Quando eclodiu a

rebelião paulista, a FNB decidiu manter-se neutra no conflito. Dissidentes do grupo formaram, então, a Legião Negra de São Paulo, liderada por Guaraná Santana, Gastão Goulart e Vicente Ferreira.

Ela chegou a reunir 2 mil combatentes, mobilizados pelo desejo de liberdade ou por ver no alistamento uma forma de fugir do estado de penúria em que viviam.



A Legião Negra, formada por voluntários negros, lutou contra o Governo Provisório durante a Revolução Constitucionalista de 1932. Revista A Cigarra, agosto de 1932.

A Constituição de 1934

Cedendo às pressões que levaram ao movimento de 1932, Vargas convocou eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, em maio de 1933. Na ocasião, vários partidos políticos se formaram e, no ano seguinte, depois de longos debates, a Constituição foi finalmente promulgada.

A nova lei apresentou muitos avanços democráticos em relação à Constituição anterior. No sistema eleitoral, ela instituiu o voto secreto e extensivo à mulher que exercia função pública remunerada. Na educação, estabeleceu o ensino primário integral gratuito e obrigatório e tornou o ensino religioso facultativo nas escolas públicas, a ser ministrado de acordo com a confissão religiosa da família.

Na área dos direitos sociais, as inovações foram ainda maiores. A nova carta constitucional proibiu a diferença salarial para o exercício da mesma função, estabeleceu regras para o trabalho dos menores e das mulheres e instituiu as férias e o descanso semanal remunerados.

Por voto indireto, a Constituinte elegeu Getúlio Vargas presidente da república, com mandato até maio de 1938. A partir dessa data, as eleições para a presidência seriam realizadas por via direta.

A Mulher na Política



Almerinda Farias Gama, primeira mulher representante classista a votar nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Rio de Janeiro, julho de 1933.

A Constituição de 1934 formalizou o direito das mulheres à participação na política nacional. O tema era visto com receio por parte da sociedade brasileira da época. Até mesmo parcelas da população feminina se sentiam apreensivas com as conquistas democráticas do período.

“Para muitos, inclusive mulheres, as recentes conquistas femininas na política, no direito, no trabalho, representavam uma ameaça. [...] temiam que as novas ocupações as fizessem desinteressar-se pelos assuntos domésticos. Temiam a desestruturação da família [...]. As próprias mulheres [...] que participaram das [...] conquistas da mulher [...] afirmavam que as mudanças não significavam uma ruptura brusca e completa com o passado, com a forma de organização da vida social e com os valores tradicionais que nortearam suas existências até então. [...]

A mulher brasileira, portanto, [...] deveria atuar no mundo moderno capitalista acumulando uma dupla função: a de dona de casa e educadora dos filhos e a de cidadã consciente de seus deveres e responsável pelo destino da pátria.”

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. Revista de Estudos Avançados, v. 17, n. 49, set.-dez. 2003. Disponível em www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142003000300009&script=sci_arttext. Acesso em 28 mar. 2014.

Compreensão

1. Identifique no texto os principais receios de parte da sociedade da época em relação à participação feminina na política.

2. O texto mostra que a luta das mulheres por liberdade e igualdade tinha um adversário muito mais difícil de ser vencido que as instituições. Era a força da tradição. Escreva um texto argumentativo sobre o assunto.

Integralistas e Comunistas

As repercussões da crise de 1929 afetaram a vida da população brasileira, em particular a dos trabalhadores. Em protesto contra o desemprego e os baixos salários, greves importantes eclodiram em estados como São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Em 1934, a crise econômica ainda não tinha sido superada e setores da sociedade se mobilizavam defendendo propostas para superar a crise. Duas organizações políticas importantes formaram-se nesse período: a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL).

✓ **AIB** – Nacionalistas, os integralistas avaliavam que a democracia era um regime incapaz de tirar o Brasil da crise. Inspirados nos regimes totalitários, como o fascismo na Itália e o nazismo na Alemanha, os integralistas eram, sobretudo, contra o comunismo.

✓ **ANL** – Fundado oficialmente em 1935, esse agrupamento reunia diversos setores descontentes da sociedade brasileira. A ANL opunha-se ao integralismo e ao avanço do nazismo e do fascismo na Europa. Com tendência nacionalista, propunha a nacionalização de empresas estrangeiras, a reforma agrária e um governo popular para o Brasil.

Embora dirigida pelo Partido Comunista, a ANL contava com a participação de anarquistas, liberais e socialistas. Os confrontos entre membros da AIB e da ANL eram constantes.

Simpático aos integralistas, Getúlio Vargas tendia a reprimir com mais rigor os atos da ANL.

O levante comunista de 1935

Em meados de 1935, o governo federal fechou a ANL e a transformou em uma organização ilegal. Mesmo assim, parte do grupo manteve as suas atividades.

Em novembro do mesmo ano, a ANL organizou uma revolta com o objetivo de instaurar um novo governo e colocar em ação seu programa nacionalista e popular. A revolta foi denominada pelo governo e pela grande imprensa de Intentona Comunista. Restrito às cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro, o movimento foi rapidamente controlado pelas forças oficiais.

A rebelião serviu de pretexto para o governo decretar o estado de sítio, censurar os meios de comunicação e prender centenas de envolvidos na revolta.

O líder comunista Luís Carlos Prestes foi condenado a trinta anos de prisão. Sua companheira, a judia alemã Olga Benário, foi detida e deportada para a Alemanha, onde morreu num campo de concentração nazista.

As eleições para a sucessão presidencial

Getúlio Vargas mantinha, em segredo, um diário em que registrava seu dia a dia no poder, seus sentimentos, suas impressões sobre outros políticos e suas viagens.

No ano de 1936, grande parte das anotações do diário se referia a um único tema: os rumores sobre os possíveis candidatos à sucessão presidencial. As eleições estavam marcadas para o dia 3 de janeiro de 1938. Depois de seis anos exercendo o cargo político mais importante do país, a aproximação da campanha eleitoral parecia incomodar Getúlio.

Em abril de 1937, o paulista Armando de Salles Oliveira lançou-se candidato à presidência com o apoio de opositores do governo. Apoiado por Getúlio, o escritor paraibano José Américo de Almeida entrou na disputa. Por último, foi lançada a candidatura do líder integralista Plínio Salgado.

Getúlio Vargas, porém, tinha outros planos. Apesar de apoiar publicamente as eleições, ele preparava nos bastidores um golpe para permanecer no poder com o aval dos militares.

O golpe que instituiu o Estado Novo

Desde a Intentona Comunista de 1935, a Aliança Nacional Libertadora estava desarticulada no Brasil, já que seus principais dirigentes tinham sido presos ou tiveram seus direitos políticos cassados.

Mesmo assim, a ameaça do “perigo vermelho” continuava sendo útil para justificar as medidas repressivas. Em fins de setembro de 1937, os jornais publicaram a descoberta do Plano Cohen, um suposto plano comunista para a tomada do poder no país.

Na realidade, o plano foi redigido pelo então capitão Olímpio Mourão Filho, integralista e chefe do serviço secreto do exército, para servir de pretexto para o golpe que manteria Vargas no poder.

No dia 10 de novembro de 1937, tropas federais fecharam o Congresso Nacional e a população foi informada pelo rádio de que um novo regime político estava sendo instaurado: o Estado Novo. No mesmo ano, uma nova Constituição foi anunciada ao país, ampliando ainda mais os poderes do presidente.

A ditadura implantada por Getúlio Vargas estendeu-se até 1945. O novo regime apresentava duas faces distintas: de um lado, suspendeu as liberdades civis, extinguiu os partidos políticos, promoveu a repressão policial e a censura; de outro, estabeleceu garantias trabalhistas e incentivou a industrialização, a cultura e a expansão do ensino público.

O crescimento da economia brasileira

Na política externa, o governo de Vargas adotou uma posição pragmática, procurando ampliar as relações comerciais com as grandes potências e tirar proveito das rivalidades entre elas. Assinou acordos de comércio com a Alemanha, que se tornou, na década de 1930, o segundo maior parceiro comercial do Brasil, atrás apenas dos Estados Unidos.

Mesmo antes do início da Segunda Guerra, o governo dos Estados Unidos iniciou uma política de aproximação com o Brasil, interessado em ter um aliado estratégico na América do Sul caso estourasse um conflito mundial.

O governo brasileiro, percebendo isso, conseguiu obter mais crédito com os Estados Unidos e assinou acordos comerciais que favoreciam o país.

Crescimento da Agricultura e da Indústria no Brasil - a estatização da economia

Durante o Estado Novo, a economia brasileira caracterizou-se pela forte intervenção estatal. Em 1938, foi criado o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), que originalmente respondia pela administração das jazidas de petróleo encontradas na Bahia e pelo abastecimento de combustíveis no país.

Nos primeiros anos da década de 1940, foram criadas importantes companhias estatais, como a mineradora Companhia Vale do Rio Doce, encarregada de extrair e exportar minério de ferro de Minas Gerais, e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

Em 1941, foi instalada, com apoio dos Estados Unidos, a produtora de aço Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, no Rio de Janeiro. Esses setores de base foram fundamentais para o processo de desenvolvimento industrial pelo qual o Brasil passava.

A nacionalização do Petróleo

Quando o assunto é petróleo, rapidamente o nome Petrobras vem à nossa mente, a maior empresa brasileira em valor de mercado e a 30ª do mundo em 2014. Fundada pelo governo Vargas há cerca de sessenta anos, a Petrobras sempre foi motivo de muitas discussões, como você verá agora.

O primeiro passo importante na história da empresa foi a criação do Conselho Nacional do Petróleo, em 1938, com a tarefa de regulamentar a exploração do petróleo no país.

O tema da exploração e da comercialização do petróleo, uma fonte de energia e matéria-prima estratégica para o crescimento econômico do país, polarizava as opiniões na sociedade. De um lado, estavam os nacionalistas, que defendiam o direito exclusivo das companhias brasileiras na exploração

do produto; de outro, aqueles que pregavam a abertura da exploração para as empresas estrangeiras.

A campanha “O petróleo é nosso” tomou corpo a partir de 1947, inicialmente apoiada por pequenos grupos de militares nacionalistas, jornalistas e estudantes. A linha nacionalista prevaleceu e, em 1953, foi criada a Petrobras, empresa estatal que tinha o monopólio sobre as atividades de exploração do petróleo, menos sobre a distribuição dos derivados do produto, em todo o território nacional.

A discussão a respeito do monopólio da empresa na exploração do petróleo retornou nos anos 1990, no contexto das reformas de “modernização” da Constituição brasileira. O resultado foi a aprovação da Lei do Petróleo, em 1997, que aboliu a exclusividade da Petrobras na exploração do produto.

Todas essas mudanças, no entanto, foram bastante positivas para a empresa. A Petrobras se modernizou e tem o domínio absoluto do mercado brasileiro, além de atuar, por meio de suas unidades e de empresas subsidiárias, em 29 países.

Recentemente, uma descoberta dos pesquisadores da Petrobras trouxe novos rumos para a exploração de petróleo no país: o pré-sal.

Em junho de 2009, a Petrobras iniciou o primeiro refino do petróleo proveniente das camadas de pré-sal do campo de Tupi, na Bacia de Santos (SP). O objetivo da empresa é atingir, em 2017, a produção diária de mais de 1 milhão de barris de petróleo nas áreas de exploração do pré-sal.

Organização Sindical e Leis Trabalhistas

Com a aceleração do desenvolvimento industrial, os trabalhadores urbanos e suas lideranças sindicais passaram a ser uma das preocupações centrais do Estado Novo. Foram criadas novas leis para aproximar os sindicatos do aparato do Estado e desarticular a organização independente dos trabalhadores.

A primeira medida nessa direção foi formalizada, expressamente, em 1939, com o decreto-lei n. 1.402, que proibia a existência de mais de um sindicato por categoria profissional. Menos de três anos depois, em 1942, entrou em vigor o chamado imposto sindical, um percentual recolhido compulsoriamente do salário do trabalhador, uma vez no ano, e repassado aos sindicatos, outras entidades de classe e ao Ministério do Trabalho.

Se, por um lado, o governo agia para disciplinar os sindicatos, por outro criava leis para regulamentar o trabalho, atendendo, em parte, a antigas reivindicações do movimento operário.

Assim, em 1943, Vargas aproveitou as comemorações do Dia do Trabalho para anunciar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), um conjunto de normas que reunia leis já existentes e unificava o mercado de trabalho em todo o país.

Repressão, violência e tortura

A política de Vargas de aproximar-se dos trabalhadores urbanos e de criar leis de proteção ao trabalho não amenizavam, contudo, o caráter autoritário do Estado Novo.

Como geralmente fazem os regimes ditatoriais, o governo Vargas tratou de criar ou de reestruturar instituições encarregadas de reprimir a oposição e de enaltecer o governante. Por exemplo, a Delegacia de Ordem Política e Social (Dops), criada em 1924 com o intuito de conter as constantes tensões sociais do período, a partir da Intentona Comunista de 1935 teve sua ação redirecionada para a repressão aos comunistas e aos opositores do governo.

A partir de 1937, com a instauração do Estado Novo, além de comunistas e adversários do regime, também judeus, integralistas, suspeitos de simpatizar com o nazismo e o fascismo, bem como imigrantes vindos dos países do Eixo, viraram alvos da repressão política e foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

A ação policial buscava mostrar para a população que o governo estava investindo todos os seus esforços para garantir a estabilidade social e a segurança do país. Entretanto, são diversos os relatos de tortura e de outras arbitrariedades cometidas pela polícia política do regime. Em razão da censura imposta à imprensa no Brasil, raros foram os crimes que ficaram conhecidos pela população.



Cerimônia nazista no Rio Grande do Sul, durante a Segunda Guerra Mundial. Apesar de perseguir os apoiadores do nazismo durante a guerra, o Estado Novo tinha como principal instrumento de controle político e cultural o Dops, que, em sua formação, recebeu treinamento direto da Gestapo, a polícia secreta da Alemanha nazista.

A construção da Identidade Nacional

Os discursos oficiais do regime pregavam a formação de um “novo homem” para o novo regime político do país, identificado com a nação e com o sentimento de brasilidade. A ideia de uma identidade nacional não era nova no Brasil. Desde o

início do século XX, a preocupação em identificar e valorizar as características peculiares dos brasileiros e os traços fundamentais da nossa sociedade já era discutida por setores da intelectualidade brasileira, inspirando, por exemplo, a Semana da Arte Moderna de 1922.

Contudo, com o Estado Novo a construção de uma identidade nacional brasileira transformou-se em política de governo, em projeto político central, para o qual a educação e a cultura desempenharam papel estratégico.

A exaltação de um ideal nacionalista era muito útil à política centralizadora do governo Vargas, interessado em criar uma associação entre um líder forte, um brasileiro orgulhoso de sua identidade e um país integrado à modernidade. Propósito que, muitas vezes, contrariava os interesses das elites regionais.

A Educação: reformas e avanços

Até 1930, as principais iniciativas e ações na área da educação eram responsabilidade dos estados. O governo Vargas, seguindo sua orientação centralizadora e nacionalista e buscando formar uma nova elite intelectual, tratou de organizar também a educação em nível nacional.

Após a instauração do Estado Novo, Gustavo Capanema assumiu o Ministério da Educação e Saúde Pública, criado em 1930.

Nos níveis de ensino hoje conhecidos por Ensino Fundamental e Médio, reformas dirigidas pelo ministro estabeleceram um currículo seriado, a frequência obrigatória e a exigência do diploma de nível médio, chamado na época de secundário, para o ingresso no Ensino Superior.

Também se incentivou o ensino profissionalizante e a educação de adultos por meio dos supletivos.

No nível superior, procurou-se estabelecer a base de um sistema universitário nacional e deu-se preferência à criação de universidades em vez de um conjunto de escolas superiores isoladas.

O resultado das reformas realizadas no governo Vargas foi o aumento significativo das matrículas de alunos nas escolas primárias, secundárias e superiores e uma queda importante nos índices de analfabetismo.

O retorno à Democracia

O fim da ditadura de Vargas propiciou a criação de novos partidos. Entre eles, o Partido Social Democrático (PSD), identificado com as velhas elites agrárias estaduais, e a União Democrática Nacional (UDN).

A UDN, antigetulista, combatia a intervenção do Estado na economia e nas relações entre patrões e empregados e defendia a abertura da economia ao

capital estrangeiro. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) identificava-se com o nacionalismo e com o sindicalismo, respaldando-se na figura de Getúlio Vargas. O Partido Comunista do Brasil (PCB), legalizado com a liberdade partidária estabelecida em abril de 1945, seguia as orientações de Moscou.

Após a deposição de Vargas, o cargo de presidente da república foi provisoriamente ocupado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares.

No final de 1945, depois de quinze anos, os brasileiros voltaram a escolher o presidente do país. Essas eleições também definiram os parlamentares encarregados de elaborar uma nova Constituição para o país, a quarta da república.

Disputaram as eleições de 1945 o general Eurico Gaspar Dutra, candidato da coligação PSD-PTB, o brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN, e Iedo Fiúza, pelo PCB. Até meados de novembro, a candidatura de Eduardo Gomes crescia, mas, dias antes das eleições, Getúlio Vargas declarou seu apoio a Dutra. Candidato até então inexpressivo, Dutra foi eleito com 55,35% dos votos e tomou posse no dia 31 de janeiro de 1946.



Eleitores aguardam para votar em São Paulo, em dezembro de 1945.

A Constituição de 1946

A Constituição, promulgada em 18 de setembro de 1946, marcou o retorno da democracia à sociedade brasileira. A nova carta reconheceu vários direitos e liberdades individuais, como a livre manifestação de pensamento e a liberdade religiosa, a liberdade de associação e a ampla garantia de defesa do acusado.

A Constituição conservou o voto secreto e obrigatório para maiores de 18 anos e manteve os analfabetos excluídos das eleições. O direito de greve foi reconhecido aos trabalhadores, mas de forma extremamente restritiva: a legislação trabalhista classificou a maioria das ocupações como “atividades essenciais”, proibindo, na prática, qualquer paralisação.

O Governo Dutra

Assim que tomou posse, Dutra alinhou-se, praticamente de forma incondicional, aos Estados Unidos. No contexto da Guerra Fria, o Brasil

rompeu relações diplomáticas com a União Soviética, fechou o PCB e cassou os mandatos de seus parlamentares.

Em relação à economia, o governo Dutra teve duas fases distintas. Na primeira, o governo liberou as importações. A medida foi um desastre, pois a importação desenfreada acabou com as reservas de moedas estrangeiras acumuladas durante a guerra.

Na segunda fase, entre 1947 e 1950, o governo favoreceu a importação de itens considerados essenciais para a produção industrial, como máquinas e equipamentos, e restringiu a importação de outros artigos.

O combate à inflação foi o centro da política econômica interna do governo e foi feito por meio da redução drástica da emissão de moedas e dos gastos públicos.

Mesmo enfrentando sérias adversidades, os dois últimos anos do governo Dutra registraram crescimento econômico, resultado de um maior intervencionismo do Estado na economia.

O segundo Governo Vargas

“Bota o retrato do velho outra vez... bota no mesmo lugar”. Assim começava a marchinha que saudava o retorno de Getúlio Vargas à presidência da república em 1950, dessa vez eleito pelo voto direto.

Nas eleições de 1950, Vargas derrotou o candidato apoiado por Dutra, retornando à presidência da república e mostrando que seu prestígio político ainda era muito forte.

Vargas recebeu de Dutra um país com desequilíbrio nas contas públicas e elevada inflação, mas logo essas dificuldades foram contornadas. Em 1951, a inflação caiu, as exportações superaram as importações, a indústria de base foi ampliada e o crescimento econômico do país atingiu 7%.

Porém, nos anos seguintes, esses avanços econômicos foram em parte reduzidos, principalmente porque os Estados Unidos diminuíram os recursos para investimentos no Brasil. Além disso, a inflação continuou alta, encarecendo o custo de vida, sobretudo do trabalhador.

O cenário político do segundo governo Vargas foi marcado pela instabilidade e por uma intensa polarização.

De um lado estava o nacional-estatismo, representado por Vargas, que defendia o fortalecimento do capitalismo nacional, a criação de empresas estatais em setores estratégicos, a ampliação de leis sociais e de políticas públicas intervencionistas.

Do outro, o liberal-conservadorismo, que pregava a liberalização (desregulamentação) da

economia e do mercado de trabalho, a abertura do mercado nacional a investimentos estrangeiros e o alinhamento incondicional do país aos Estados Unidos.

Com auxílio da grande imprensa, a oposição a Vargas se empenhou em desqualificar seu governo e mobilizar a população contra o presidente.

Seus opositores criticavam não apenas a administração e a política econômica estatal, como também acusavam Vargas de ser corrupto e violento.

O fim do Governo Vargas

A crise política se agravou quando, em 5 de agosto de 1954, o chefe da segurança de Vargas, Gregório Fortunato, articulou uma tentativa frustrada de assassinato de Lacerda.

O jornalista sobreviveu, mas o major da Aeronáutica que o acompanhava, Rubens Vaz, foi assassinado.

Após o episódio, oficiais superiores e subalternos das Forças Armadas foram pressionados nos jornais a derrubarem o presidente.

Entre renunciar ou sofrer um golpe militar, o presidente recorreu à saída trágica: na noite de 24 de agosto de 1954, no Palácio do Catete, Vargas pôs fim à sua vida com um tiro no peito.

Deixou uma carta-testamento, acusando seus inimigos internos, aliados a grupos estrangeiros, de serem os responsáveis pelas dificuldades enfrentadas pelo povo brasileiro.

A comoção pelo suicídio de Vargas espalhou-se por todo o país. Motins populares irromperam em várias cidades, sedes dos principais jornais e partidos políticos de oposição, além da embaixada dos Estados Unidos, no Rio de Janeiro, foram depredadas.

Essas manifestações impediram a tomada do poder pelos militares. Assim, o vice-presidente Café Filho assumiu a presidência, garantindo a realização das eleições em 1955.

Capítulo 7

Democracia e Ditadura no Brasil

O governo JK e o desenvolvimentismo

Você já ouviu falar de JK? Essa é a maneira pela qual muitas pessoas se referem a Juscelino Kubitschek, mineiro que ocupou a presidência da república entre janeiro de 1956 e janeiro de 1961.

O governo de Juscelino foi uma época de grande euforia nacional em razão do crescimento econômico vivido pelo Brasil, em grande parte fruto dos incentivos ao desenvolvimento industrial e da construção de uma nova capital.

O slogan usado em sua campanha presidencial resumia o objetivo de seu governo: fazer o Brasil progredir “cinquenta anos em cinco”.

Nesse mesmo período, o país obteve grandes conquistas no mundo do esporte: em 1958, a seleção brasileira de futebol finalmente se sagrou campeã mundial, oito anos após a derrota na final para o Uruguai, em pleno Maracanã.

No tênis feminino, Maria Esther Bueno tornou-se a melhor do mundo em 1959, depois de vencer os torneios de Wimbledon e o Aberto dos Estados Unidos.

Na música, o destaque foi o surgimento da Bossa Nova. Esse novo ritmo musical, derivado do samba e com forte influência do jazz, teve grande projeção internacional.

João Gilberto, Tom Jobim, Vinicius de Moraes e Baden Powell encantaram o mundo com músicas como Chega de saudade e Garota de Ipanema, que foram, e ainda são, regravadas por artistas de vários países.

O acelerado crescimento econômico, as conquistas esportivas e a repercussão da bossa nova fizeram o Brasil ganhar enorme visibilidade internacional. No plano interno, a euforia e o clima de otimismo foram as marcas que caracterizaram o país em seus “anos dourados”.

O Plano de Metas

Determinado a promover o desenvolvimento do país, Juscelino criou o Plano de Metas, um programa com trinta objetivos a serem alcançados ao longo dos cinco anos de seu governo.

Inúmeras facilidades foram criadas visando estimular a entrada de investimentos estrangeiros: concessão de terrenos para a instalação de fábricas, redução de impostos, permissão para a remessa de lucros ao exterior e autorização para importar equipamentos industriais.

Tais medidas estimularam a entrada de multinacionais, sobretudo do setor automobilístico, e também facilitaram a criação de empresas

nacionais, fabricantes de bens de consumo duráveis, como eletrodomésticos.

O desenvolvimento da indústria também exigiu grandes investimentos por parte do governo. Os recursos liberados pelo governo foram direcionados prioritariamente aos setores de energia, indústria de base, transportes, alimentação e educação.

Visando aumentar a oferta de energia, o governo construiu as usinas hidrelétricas de Furnas e de Três Marias, em Minas Gerais, e ampliou o refino de petróleo. No setor de transportes, portos e ferrovias foram modernizados, mas privilegiou-se a construção de rodovias, para receber os carros e caminhões produzidos no país.

A construção de Brasília

Ao assumir a presidência da república, Juscelino se comprometeu a concretizar uma ideia existente desde o século XIX: levar a administração federal para uma nova capital, que seria construída na região central do Brasil.

Considerada por JK a meta-síntese de seu governo, a construção da “novacap” representava tanto a integração das diversas regiões do território brasileiro quanto a modernização em curso no país. Projetada pelo urbanista Lúcio Costa e pelo arquiteto Oscar Niemeyer, a cidade recebeu o nome de Brasília e foi inaugurada em 21 de abril de 1960.

O projeto urbanístico da cidade previa a ausência de muros ou cercas entre as quadras residenciais, o que facilitaria o contato entre pessoas de diferentes classes sociais. No entanto, com o passar do tempo, a realidade mostrou-se diferente do imaginado. Nos arredores de Brasília, por exemplo, surgiram grandes áreas urbanas, popularmente chamadas cidades-satélites, onde passaram a viver os mais pobres.

O breve governo de Jânio Quadros

Apesar do crescimento econômico e do clima de otimismo no Brasil, o governo JK foi muito criticado. Os gastos para sustentar o crescimento foram muito grandes e resultaram no aumento da dívida externa e da inflação no país. Além disso, várias denúncias de corrupção recaíram sobre o governo, principalmente envolvendo a construção de Brasília.

Foi explorando essas dificuldades do governo JK que o ex-prefeito e ex-governador de São Paulo, Jânio Quadros, foi eleito presidente da república.

Durante sua campanha, Jânio se apresentou como um político que governava para o povo, sem compromissos partidários.

Utilizando uma vassoura como símbolo de campanha, Jânio prometeu varrer a corrupção e acabar com a dívida externa.

Ao assumir o cargo, em janeiro de 1961, Jânio tomou medidas extremamente polêmicas no plano interno e, na política externa, procurou manter certa independência em relação às potências hegemônicas do período.

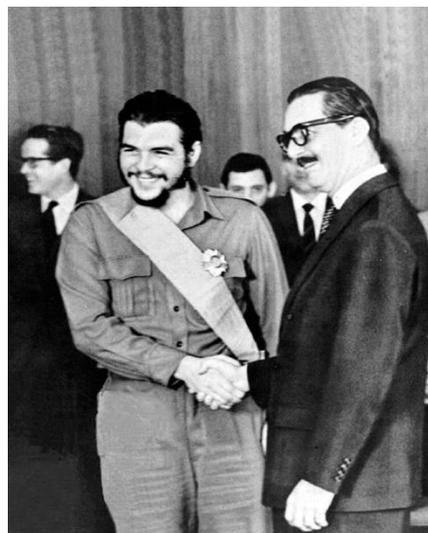
✓ **Política Interna** – Jânio proibiu o uso dos biquínis e os desfiles em concursos de miss com maiôs cavados. Proibiu também o uso de lança-perfume nos bailes de carnaval e as brigas de galos, entre outras medidas polêmicas.

✓ **Política Externa** – Visando demonstrar independência em relação aos Estados Unidos, Jânio condecorou o então ministro da Indústria e Comércio de Cuba, Ernesto “Che” Guevara, com a Ordem do Cruzeiro do Sul, apoiou a luta pela independência das colônias portuguesas na África, restabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética e abriu relações comerciais com a China.

✓ **Condução da Economia** – Até a eleição de Jânio, o Estado brasileiro subsidiava parte das despesas com a importação de trigo e de petróleo para favorecer o consumo interno.

No entanto, com o intuito de controlar os gastos públicos, Jânio reduziu a participação do Estado nessas despesas. Resultado: logo no início de seu governo, os preços do pão e dos combustíveis aumentaram 100%.

As medidas do governo Jânio misturavam ações da agenda liberal (corte dos gastos públicos) com ideias nacionalistas (ameaça de controlar a remessa de lucros para o exterior), dificultando a construção de uma base política e social.



Jânio Quadros cumprimenta o representante do governo de Cuba Ernesto “Che” Guevara. Brasília, 1961. A condecoração do líder revolucionário argentino foi malvista por muitos setores militares, que ameaçaram devolver suas condecorações como forma de protesto.

A renúncia de Jânio e a crise sucessória

As atitudes e medidas adotadas por Jânio desagradaram militares e lideranças políticas que apoiavam seu governo. Isolado politicamente, o presidente renunciou a seu mandato em 25 de agosto, alegando que “forças ocultas” o impediam

de governar. Acredita-se que, com essa decisão, Jânio esperava mobilizar a população em defesa de seu governo. Mas não foi isso o que ocorreu. O Congresso Nacional aceitou o pedido de renúncia e a população não se manifestou.

Com a renúncia de Jânio, o vice-presidente João Goulart deveria assumir o cargo. Entretanto, Jango, como era popularmente conhecido, encontrava-se em viagem diplomática à China na ocasião.

Por sua ligação com movimentos de trabalhadores, Jango era visto com desconfiança pelas elites conservadoras e pelos militares, que o identificavam com a ameaça comunista. Por isso, tentaram impedir a sua posse.

A reação dos aliados de Jango foi rápida. No Rio Grande do Sul, o então governador Leonel Brizola iniciou uma campanha exigindo o cumprimento da Constituição, o que significava garantir a posse de Jango.

Nomeada Campanha da Legalidade, a operação logo recebeu o apoio de vários políticos e setores da sociedade em todo o país.

Com o impasse, o Congresso votou uma proposta para pôr fim à crise: Goulart assumiria a presidência, mas com poderes limitados.

Instaurou-se no país um regime parlamentarista, no qual um primeiro-ministro seria o chefe de governo. Uma consulta popular a ser realizada em 1965 definiria a permanência do parlamentarismo ou o retorno ao presidencialismo.

O nome indicado pelas lideranças políticas e militares e aceito por João Goulart foi o do mineiro Tancredo Neves. Assim, Jango retornou ao Brasil e assumiu a presidência da república. Parecia que a crise tinha sido superada.

O Governo Jango

Graças à campanha movida pelo partido de Jango, o PTB, e apoiado por sindicatos e movimentos populares, o plebiscito que definiria a permanência ou a revogação do parlamentarismo foi antecipado em dois anos.

A votação ocorreu em 6 de janeiro de 1963, e a maioria da população decidiu, após um ano e quatro meses de regime parlamentarista, pelo retorno ao presidencialismo.

Ao recuperar os poderes presidenciais, Jango manifestou sua intenção de promover um conjunto de reformas que tinham como objetivo modernizar o capitalismo brasileiro, proporcionando à população maior justiça social.

As reformas de base, como ficaram conhecidas, previam estender o direito de voto aos analfabetos e aos militares de baixa patente, a ampliação do monopólio da Petrobras, a nacionalização de empresas farmacêuticas e prestadoras de serviços

públicos e a limitação da remessa de lucros das empresas para o exterior, entre outras medidas.

A mobilização popular e as Ligas Camponesas

Os primeiros anos do governo Jango coincidiram com o aumento da participação popular na vida política do país.

Os trabalhadores reuniam-se em sindicatos para organizar greves e reivindicar melhores condições de trabalho; os estudantes se reuniam em organizações estudantis, como a União Nacional dos Estudantes (UNE); e até os militares de baixa patente, como os soldados, os cabos, os sargentos e os marinheiros, exigiam ser ouvidos por seus superiores.

No campo, também houve um aumento da organização dos trabalhadores. Um dos movimentos de maior destaque foi o das Ligas Camponesas.

Criado pelo advogado e político pernambucano Francisco Julião, esse movimento procurava defender os trabalhadores rurais de abusos praticados pelos donos das terras.

As Ligas representaram a principal base social de apoio às reformas de base de Jango, sobretudo à do programa de reforma agrária, que previa a desapropriação de terras improdutivas, mediante indenização dos proprietários, e sua distribuição aos trabalhadores rurais.

Além disso, Jango criou, em 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural, que estendia aos trabalhadores rurais os mesmos direitos dos urbanos, como registro em carteira profissional, salário mínimo, férias e descanso semanal remunerados, entre outros.

O golpe civil-militar

As reformas propostas por Jango buscavam diminuir as desigualdades na sociedade brasileira, mas foram vistas pelos setores conservadores como o primeiro passo para a adoção do comunismo no Brasil.

As críticas ao governo de Jango tinham origem também nas dificuldades que atingiam a economia brasileira.

A inflação anual, por exemplo, cresceu de 26,3% em 1960 para 78,4% em 1963. O crescimento do PIB, que tinha sido de 5,3% em 1962, caiu para 1,5% em 1963.

Ciente de que suas reformas não poderiam ser aprovadas no Congresso Nacional, Jango resolveu instituí-las por meio de decretos, anunciados em grandes comícios.

Os dois primeiros, assinados em 13 de março de 1964, estatizavam as refinarias que ainda eram

privadas e definiam as áreas sujeitas à desapropriação para fins de reforma agrária.

No meio urbano, cresceu o número de greves, chegando a 172 em 1963, quase seis vezes maior do que em 1958.

Os estudantes se mobilizavam defendendo uma aliança estudantil com os operários e os camponeses.

A resposta dos setores conservadores foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, manifestação realizada no dia 19 de março de 1964, em São Paulo, que mobilizou milhares de pessoas favoráveis à deposição de Jango. A radicalização dos setores da esquerda e da direita era cada dia maior.

Na noite do dia 31 de março de 1964, tropas partiram de Minas Gerais com destino ao Rio de Janeiro, onde estava o presidente. No Rio, Jango não aceitou o golpe e foi para Brasília, no dia 1o de abril, tentar articular a resistência. Mas não teve sucesso.

Na madrugada do dia 2 de abril, o Congresso Nacional declarou vaga a presidência da república, empossando o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, no lugar de Jango.

Iniciava-se o Regime Militar no Brasil, período que ficou conhecido, posteriormente, como “anos de chumbo”.



Primeira página do jornal Última Hora mostrando a população nas ruas do Rio de Janeiro em março de 1964. Cerca de 300 mil pessoas acompanharam o discurso do presidente João Goulart na Central do Brasil.



Patrulha do exército em Rua do Recife, em Pernambuco, no dia 2 de abril de 1964.

Os anos de chumbo

Você já imaginou viver em um lugar onde as músicas, as peças de teatro e os filmes só podem ser lançados com autorização do governo?

Um lugar onde as notícias devem passar pela análise do governo antes de serem publicadas? E um lugar onde as pessoas não têm o direito de escolher seus próprios governantes? Durante 21 anos, entre 1964 e 1985, o Brasil foi esse lugar.

No dia 1o de abril de 1964, os militares ocuparam os órgãos públicos das principais cidades do país e passaram a prender políticos, estudantes, sindicalistas, intelectuais, funcionários públicos e até mesmo militares que defendiam o respeito à Constituição e que por isso se opuseram ao golpe. Três meses após o início do governo militar, milhares de pessoas já tinham sido presas.

Os militares passaram a governar o país por meio de decretos, chamados de Atos Institucionais. O primeiro deles, o AI-1, foi editado em 9 de abril e permitiu ao governo cassar mandatos e suspender direitos políticos de diversas personalidades, como Leonel Brizola, Luís Carlos Prestes, os ex-presidentes Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, entre outros. Os militares que se opuseram ao golpe foram expulsos das Forças Armadas.

O AI-1 também determinou que uma nova eleição para a presidência da república aconteceria no dia 11 de abril. No entanto, essa eleição seria realizada de forma indireta, ou seja, pelo Congresso Nacional, e não pelo povo. O presidente eleito no Congresso governaria até janeiro de 1966, quando, teoricamente, terminaria o mandato de João Goulart.

O Governo Castello Branco

Indicado pelos militares, o marechal Humberto de Alencar Castello Branco foi eleito presidente pelo Congresso Nacional. Ao ser empossado, Castello Branco assumiu a tarefa de reformar e desenvolver o capitalismo brasileiro e de conter a “ameaça comunista”, controlando as massas trabalhadoras e reformando o aparelho do Estado.

Para controlar as contas do governo e reduzir a inflação, o governo cortou investimentos, elevou os impostos e reduziu os índices de aumento salarial para os trabalhadores. A inflação baixou, mas a recessão provocou o fechamento de empresas, arrocho salarial e desemprego. Além disso, Castello Branco revogou a lei criada por Jango que restringia a remessa de lucros das empresas para o exterior.

Na política externa, Castello Branco alinhou-se aos Estados Unidos e rompeu relações diplomáticas com Cuba. Além disso, firmou novos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o que permitiu ao governo receber novos empréstimos.

Em julho de 1964, uma emenda constitucional prorrogou o mandato de Castello Branco até março de 1967.

Novas restrições à democracia

Nas eleições para governadores, em outubro de 1965, a oposição conquistou vitórias em cinco dos dez estados onde houve a disputa eleitoral. Em resposta, os militares restringiram ainda mais a democracia por meio do Ato Institucional no 2, o AI-2:

✓ O novo ato estabeleceu que as eleições presidenciais continuariam sendo feitas de forma indireta, reduziu as atribuições do Congresso Nacional e conferiu ao presidente o poder de baixar decretos sobre questões de segurança nacional.

✓ Todos os partidos políticos foram extintos. Em substituição a eles, foram criados apenas dois: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), o partido do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que fazia a oposição consentida.

Em janeiro de 1967 foi aprovada uma nova Constituição, a quinta da república, que incorporou os novos poderes atribuídos ao Executivo e a nova legislação partidária. A Constituição começou a vigorar em 15 de março. No mesmo dia, tomou posse o novo presidente, o general Arthur da Costa e Silva.

O Governo Costa e Silva

Indicado pelos militares, o general Arthur da Costa e Silva foi eleito presidente da república pelo Congresso Nacional em outubro de 1966, mas foi empossado somente em março do ano seguinte. Membro da chamada “linha dura” do exército, seu governo ficou marcado pelo crescimento dos movimentos de oposição e pela violência da repressão policial.

O movimento estudantil, mesmo na clandestinidade, vinha se reorganizando e promovendo manifestações por melhores condições de ensino e, ao mesmo tempo, fazendo críticas à ditadura. Os estudantes secundaristas também começaram a se organizar reivindicando aumento do número de vagas nas universidades públicas.

Em março de 1968, durante um protesto no centro do Rio de Janeiro, o estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto foi morto pela polícia.

Milhares de pessoas acompanharam seu enterro e compareceram à missa de sétimo dia. Essas homenagens ao estudante se transformaram em manifestações de repúdio à violência da ditadura.

Em junho do mesmo ano, o movimento estudantil organizou uma grande manifestação contra o regime militar. O protesto, que ficou conhecido como a Passeata dos Cem Mil, contou

com a participação de artistas, estudantes, padres, intelectuais e outros setores da sociedade brasileira.



Passeata dos Cem Mil, ocorrida no Rio de Janeiro em 26 de junho de 1968. A passeata foi uma das mais importantes manifestações populares contra a ditadura militar. Na primeira fila, aparecem os compositores Gilberto Gil, Caetano Veloso e Chico Buarque.

O “golpe dentro do golpe”

Em setembro de 1968, o deputado da oposição Márcio Moreira Alves proferiu um discurso na Câmara dos Deputados conclamando a população a boicotar os desfiles de 7 de setembro, além de chamar os quartéis de “covis de torturadores”.

As Forças Armadas, enfurecidas com o discurso do deputado, encontraram o pretexto para decretar o Ato Institucional nº 5 (AI-5). O ato dava ao presidente o poder de fechar o Congresso Nacional, cassar mandatos parlamentares, intervir em estados e municípios e suspender direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos.

Como resposta à decretação do AI-5, grupos de esquerda passaram a defender a luta armada (guerrilha), como meio de derrubar a ditadura. Alguns desses grupos também desejavam substituir o governo ditatorial e o sistema capitalista por um projeto socialista de sociedade.

Para combater os grupos de esquerda, o governo criou novos órgãos de repressão, como a Operação Bandeirante (Oban), criada em 1969, e os DOI-Codi, sigla do Destacamento de Operações e Informações e do Centro de Operações de Defesa Interna. Esses órgãos agiam em vários estados e se transformaram nos principais centros de tortura do regime militar.

O Governo Médici: o auge dos governos militares

Em agosto de 1969, Costa e Silva sofreu um derrame cerebral e foi afastado da presidência. Por meio de mais um Ato Institucional (AI-12), uma junta militar composta pelos ministros do exército, da marinha e da aeronáutica impediu a posse do vice-presidente, o civil Pedro Aleixo, e assumiu o poder.

Diante do agravamento do quadro clínico de Costa e Silva, a junta militar declarou vaga a

presidência da república e reabriu o Congresso, que escolheria o novo presidente. Assim, em 30 de outubro de 1969, o general Emílio Garrastazu Médici tomou posse como presidente da república.

O “milagre brasileiro”

O Governo Médici implementou uma política econômica que garantiu altos índices de crescimento ao país. Favorecido pelo bom momento da economia internacional, o governo conseguiu empréstimos no exterior a juros baixos e realizou investimentos na indústria, na agricultura, no setor energético e na construção civil.

As usinas hidrelétricas de Itaipu e Tucuruí, as usinas nucleares de Angra dos Reis, a Ponte Rio-Niterói e a Rodovia Transamazônica foram construídas nesse período.

O resultado dessa política foi o chamado “milagre econômico brasileiro”. Entre 1968 e 1973, a economia brasileira cresceu, em média, 11,2% ao ano. Contudo, nem todos os brasileiros puderam desfrutar desse crescimento.

A política de achatamento dos salários fez aumentar a concentração de renda e a desigualdade social no país.

Além disso, com o aumento dos preços do petróleo, em 1973, os empréstimos diminuíram e os juros da dívida externa aumentaram. Do “milagre” passou-se à alta da inflação, à recessão e ao aumento nos índices de desemprego.

O auge da repressão

O Governo Médici ficou marcado pelo aumento da repressão aos grupos que lutavam contra a ditadura. Muitos desses grupos cresceram com a adesão de jovens do movimento estudantil, que haviam perdido o direito de se organizar e se manifestar com a decretação do AI-5.

A repressão a esses movimentos foi brutal. Até o final do governo Médici, as organizações de luta armada tinham sido eliminadas, e seus militantes estavam mortos, presos ou no exílio.

O último movimento derrotado pelo regime foi a Guerrilha do Araguaia, organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) na região do Rio Araguaia, na divisa dos estados do Pará, Maranhão e Goiás (atual Tocantins). O objetivo dos guerrilheiros era mobilizar os camponeses para lutar pela reforma agrária e ser o ponto de partida da revolução socialista no Brasil.

Em 1972, o governo iniciou as operações para destruir a guerrilha, concluídas em meados de 1974. Entretanto, até hoje não foram encontrados os corpos de mais de setenta guerrilheiros mortos em combate.

Futebol e propaganda

Para garantir o apoio da população ao regime estabelecido, o governo utilizou largamente a propaganda.

Slogans que celebravam o crescimento nacional eram utilizados para convencer a população de que o Brasil, em breve, se tornaria uma potência. Músicas que exaltavam o país eram amplamente tocadas nas rádios, aumentando o clima ufanista.

As conquistas esportivas também foram utilizadas como peças de propaganda do governo. Em 1970, a seleção brasileira conquistou o tricampeonato na Copa do Mundo de Futebol, disputada no México.

Ao retornarem ao país, os jogadores foram recebidos pelo presidente. Dessa forma, Médici tentava vincular a vitória da seleção a uma conquista de seu governo.

Protesto e Cultura no Regime Militar

A luta dos estudantes e dos operários

A estratégia da luta armada, mesmo sendo a forma mais radical e corajosa de combater o regime militar, não foi a única nem a mais capaz de atrair a atenção da sociedade brasileira e conquistar o seu apoio. Entidades estudantis, operários e artistas também lutaram pela mesma causa, manifestando, com seus próprios métodos, o repúdio ao governo ditatorial e o anseio por democracia.

O Movimento Estudantil

Em abril de 1964, o prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro, foi incendiado. Nele funcionava o Centro Popular de Cultura (CPC), do qual participavam artistas e estudantes que levavam o teatro, a música, o cinema e a literatura às escolas, universidades, fábricas, favelas e aos sindicatos.

Muitas produções artísticas do CPC tinham como tema a realidade social do país e a vida do trabalhador brasileiro, seja do campo ou da cidade.

Com a implantação da ditadura, a UNE foi colocada na ilegalidade, e o movimento acabou se dispersando.

Apesar disso, os estudantes continuaram se organizando na clandestinidade e realizando congressos anuais para eleger seus representantes, discutir os problemas da educação no país e definir formas de luta.

O último congresso clandestino da UNE aconteceu em outubro de 1968, em uma chácara no município de Ibiúna, interior de São Paulo. Descobertos pela polícia, mais de 700 estudantes foram presos no local.

A partir dessa prisão, a repressão do governo militar ao movimento estudantil intensificou-se.

Muitos estudantes foram presos e mortos pela ditadura, outros continuaram atuando na clandestinidade e alguns tiveram de deixar o país.



Policiais prendem estudantes no sítio Muduru, em Ibiúna, interior de São Paulo, onde se realizava o XXX Congresso da UNE, em 11 de outubro de 1968.

As greves de Contagem e Osasco

Assim que tomaram o poder, em 1964, os militares intervieram nos sindicatos, criaram leis para impedir a organização dos trabalhadores e procuraram atrair lideranças sindicais para o campo do governo. Por meio de acordos com esses líderes, a ditadura visava controlar o movimento sindical.

Em 1968, no entanto, metalúrgicos de Contagem, em Minas Gerais, e de Osasco, em São Paulo, mostraram que havia uma brecha no sistema. Em abril, operários de Contagem paralisaram o trabalho por uma semana, reivindicando melhores salários e liberdades civis e políticas. A repressão foi violenta: polícia e exército ocuparam as ruas, tomaram as fábricas e proibiram as manifestações operárias.

Em julho, inspirados no exemplo dos operários mineiros, metalúrgicos de Osasco cruzaram os braços e ocuparam as instalações de três fábricas. A repressão foi ainda mais violenta, com a desocupação armada das fábricas e dezenas de prisões.

Cantando a revolução

Muitos compositores e cantores fizeram de sua arte uma forma de protesto contra a opressão e a violência da ditadura. As músicas de protesto abordavam problemas sociais, econômicos e políticos e expressavam o ideal de construir uma sociedade igualitária e democrática.

Um dos principais artistas do período foi o cantor e compositor paraibano Geraldo Vandré. Em 1968, Vandré lançou o disco *Canto geral*, o quarto de sua carreira. Este é considerado um dos discos mais contundentes de crítica à ditadura militar, pois boa parte de suas letras trata do cotidiano do povo brasileiro, como a canção *Ventania*.

No mesmo ano, Vandré compôs a canção *Pra não dizer que não falei das flores* e a interpretou no III Festival Internacional da Canção, no Rio de Janeiro. A música, que conquistou o segundo lugar, acabou

se transformando em um hino de resistência à ditadura. Por conta disso, a canção foi censurada pelo governo, e Vandré teve de deixar o país.

Outro artista que se destacou pelas canções de protesto foi Chico Buarque. Também ligado aos festivais das décadas de 1960 e 1970, suas canções ficaram marcadas por driblarem a censura prévia imposta pelo governo com o uso de letras de duplo sentido.

Uma de suas canções mais conhecidas, *Apesar de você*, composta em 1970, traz os seguintes versos: “Apesar de você/Amanhã há de ser/Outro dia”. Os versos, que aparentemente retratam uma briga de namorados, na verdade faziam referência ao presidente Médici. A canção, inicialmente liberada pela censura, foi proibida quando o governo se deu conta de seu verdadeiro significado.



Chico Buarque (de terno claro) e o grupo MPB-4 se apresentam no III Festival de Música Popular Brasileira, na cidade de São Paulo, em 1967.

A abertura “lenta, gradual e segura”

Em março de 1974, o general Ernesto Geisel assumiu a presidência da república com a promessa de promover o retorno do país à democracia.

De acordo com as palavras do próprio Geisel, a abertura política deveria se dar de forma “lenta, gradual e segura”. Era uma forma de os militares deixarem o poder sem alterar a ordem vigente.

Apesar da promessa de abertura política, os militares da chamada linha-dura não aceitavam a ideia do retorno à democracia.

Os órgãos de repressão continuavam prendendo pessoas suspeitas de “subversão”, que eram torturadas e, em muitos casos, mortas após longas sessões de tortura.

Dois casos ganharam destaque. O primeiro deles foi o do chefe de jornalismo da TV Cultura de São Paulo, Vladimir Herzog. O jornalista foi encontrado morto numa cela do DOI-Codi, em São Paulo, em outubro de 1975.

Em janeiro do ano seguinte, o metalúrgico Manuel Fiel Filho foi morto no mesmo local e nas mesmas condições. A versão oficial de suicídio por enforcamento de ambos não se sustentava, e o general Geisel teve que substituir militares do

comando do II Exército, local onde estava sediado o DOI-Codi em São Paulo.

Os descaminhos da abertura

A sociedade brasileira começou a dar sinais de descontentamento em relação aos governos militares.

Os primeiros sinais de recessão econômica e as denúncias de torturas e assassinatos de militantes políticos resultaram em um surpreendente crescimento do MDB nas eleições legislativas de 1974 e nas eleições municipais de 1976.

Atemorizado com o crescimento da oposição, o governo recuou no processo de abertura. Em abril de 1977, os militares lançaram uma série de medidas que ficaram conhecidas como Pacote de Abril: o Congresso foi fechado por catorze dias, período em que o presidente governou por meio de decretos-leis.

Entre esses decretos estavam a ampliação do mandato do presidente de cinco para seis anos e a determinação de que as leis, para serem aprovadas, precisariam apenas de maioria simples. O Pacote de Abril também determinava que um terço dos senadores deveria ser eleito por meio do voto indireto.

O renascimento do movimento estudantil e sindical

A violenta repressão que marcou os governos Costa e Silva e Médici resultou na prisão, na morte ou no exílio das principais lideranças estudantis e sindicais. Apenas no final da década de 1970, as mobilizações de estudantes e de trabalhadores retornaram ao cenário nacional.

O centro dessa nova fase do movimento sindical foi a região do ABC paulista, importante parque da indústria automobilística e berço do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

Em 1979, os metalúrgicos do ABC paulista entraram em greve por melhorias salariais e contra a ditadura, realizando a primeira greve geral de uma categoria depois do golpe de 1964.

O período também foi marcado pelo renascimento do movimento estudantil, concentrado na PUC, na USP e na Unicamp, no estado de São Paulo. Os estudantes reivindicavam a democratização das universidades e o fim da ditadura.

Dois momentos históricos marcaram a atuação do movimento estudantil: a invasão da PUC pela polícia em 1977 e a participação dos estudantes nas greves dos trabalhadores do ABC em 1978 e 1979.

A Lei da Anistia

Em março de 1979 tomou posse João Baptista de Oliveira Figueiredo, o último dos presidentes militares do país. Figueiredo assumiu a presidência prometendo continuar o processo de abertura política.

Por todo o país cresciam os movimentos pela redemocratização. Pressionado, o presidente promulgou, em agosto do mesmo ano, a Lei da Anistia, que libertou todos os presos políticos do país e permitiu a volta dos exilados.

A lei também anistiou os agentes do Estado que praticaram crimes de tortura e assassinato no exercício da função.

Atualmente, a Lei da Anistia continua controversa. Vários perseguidos políticos, familiares de vítimas da ditadura, grupos de defesa dos direitos humanos e entidades da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pedem a revisão da lei.

O argumento é que a extensão da anistia aos crimes praticados pelo Estado fere uma série de acordos internacionais, dos quais o Brasil é signatário. Segundo eles, o crime de tortura constitui crime contra a humanidade, sendo, portanto, imprescritível.



Ato público pela anistia na escadaria da Igreja de São José, em Belo Horizonte (MG), em 1979.

A Campanha das Diretas

Em fevereiro de 1983, o deputado federal Dante de Oliveira, do PMDB, apresentou ao Congresso uma emenda constitucional que restabelecia as eleições diretas para presidente.

Depois disso, inúmeras manifestações populares foram organizadas no país pela aprovação da emenda, campanha que logo recebeu o nome de Diretas Já.

Mesmo com toda a mobilização popular, a emenda constitucional foi derrotada na Câmara Federal. Dessa forma, o próximo presidente da república seria escolhido, mais uma vez, pelo Colégio Eleitoral.

Os candidatos inscritos para disputar as eleições foram Paulo Maluf, político do PDS apoiado pelos militares, e Tancredo Neves, governador de Minas Gerais pelo PMDB.

Apoiado por dissidentes do PDS e por partidos da oposição ao regime militar, Tancredo recebeu 480 votos e foi eleito presidente.

Tancredo Neves, contudo, não assumiu o governo. Na véspera da posse, o presidente eleito adoeceu e foi internado.

Em seu lugar assumiu o vice-presidente eleito, José Sarney. A população acompanhou com grande expectativa a recuperação da saúde de Tancredo, que não ocorreu. A notícia da morte de Tancredo Neves, em 21 de abril de 1985, abalou o país.

O Governo Sarney

Sarney assumiu a presidência tomando medidas para conter o aumento dos preços e retomar a ordem democrática no país. As principais medidas foram a convocação de uma Assembleia Constituinte e a execução de um plano econômico para controlar a inflação, o Plano Cruzado.

Esse plano previa o congelamento dos preços e dos aluguéis e reajustes automáticos dos salários sempre que a inflação atingisse 20%.

O congelamento dos preços promoveu a elevação do poder de compra dos salários, o que gerou um grande aumento do consumo.

Com os preços congelados, industriais e comerciantes começaram a boicotar o plano, deixando de abastecer as prateleiras dos supermercados ou cobrando um acréscimo no preço dos produtos.

Tais medidas provocaram o retorno da inflação. No final do governo Sarney, os preços eram reajustados em 85% ao mês.

Um dos principais acontecimentos do governo Sarney foi a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, encarregada de elaborar uma nova Constituição para o país.

Aprovado em 5 de outubro de 1988, o novo texto constitucional reconheceu as liberdades individuais negadas aos cidadãos brasileiros durante o período militar, como a liberdade de expressão e de organização política.

A Constituição também criou normas de proteção ambiental e reconheceu direitos dos povos indígenas e das comunidades quilombolas. Os crimes de tortura e de racismo passaram a ser inafiançáveis e imprescritíveis.

No capítulo dos direitos sociais, a nova carta estabeleceu a jornada máxima de 44 horas semanais, estendeu a licença-gestante de 90 para

120 dias, criou o adicional de férias de, pelo menos, 1/3 do salário normal, entre outros direitos.

O Brasil Contemporâneo

Considera-se que a história recente do Brasil teve início com a transição democrática, quando a ditadura militar chegou ao fim e Tancredo Neves foi eleito presidente pelo Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985. Desde esse momento, muitas mudanças ocorreram na realidade brasileira.

Em pouco mais de 25 anos, o país passou por experiências importantes: crises econômicas, estabilização da moeda nacional, promulgação de uma carta constitucional que estabeleceu direitos políticos, étnicos e sociais importantes, abertura da economia nacional ao capital estrangeiro, eleição da primeira mulher para a presidência da República e melhoria dos índices socioeconômicos do país.

Muitos problemas da sociedade brasileira, contudo, ainda precisam ser superados: erradicar a miséria, elevar a qualidade da educação, distribuir a riqueza nacional de forma mais justa, com a correção das desigualdades étnicas, sociais e regionais, eliminar a corrupção e inibir qualquer tipo de preconceito. São muitas as tarefas a serem conduzidas para que se possa dizer, com segurança, que o Brasil é de todos os brasileiros.